



## Seção A: Identificação

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

1. Os dados da pesquisa Autodiagnóstico SISP 2025 serão compartilhados com a Controladoria-Geral da União (CGU) e com o Tribunal de Contas da União (TCU).

2. Ressaltamos que, conforme o art. 3º da Portaria SGD/MGI nº 4.339, de 10 de agosto de 2023, os dados do Autodiagnóstico serão utilizados para disponibilização de Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - GSISP, bem como definir a unidade de exercício dos servidores ocupantes do cargo de Analista em Tecnologia da Informação.

#### A1. Qual das opções abaixo melhor classifica a sua unidade organizacional?

1. Área de TI formal do órgão

2. Área de TI de Universidade Federal

3. Área de TI de Instituto Federal de Ensino e/ou CEFET

4. Área de Negócio do órgão com competências regimentais de TI

5. Área de Negócio do órgão sem competências regimentais de TI

#### A2. Por favor, insira as informações:

Nome Completo do Respondente

E-mail do Respondente

#### A3. Por favor, informe o seu órgão:

Advocacia-Geral da União - AGU (SGE Secretaria de Governança e Gestão Estratégica)

Casa Civil da Presidência da República - CC/PR (DITEC Diretoria de Tecnologia)

Controladoria-Geral da União - CGU (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)

Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA (STI Subsecretaria de Tecnologia da Informação)

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)

Ministério da Cultura - MinC (CGAT Coordenação-Geral de Assessoria Técnica)

Ministério da Defesa - MD (DETIC Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação)

Ministério da Educação - MEC (STIC Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação)

Ministério da Fazenda - MF (SGTO Subsecretaria de Gestão, Tecnologia da Informação e Orçamento)





Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI (SSC Secretaria de Serviços Compartilhados)	<input type="checkbox"/>
Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (STI Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA (CTIC Coordenação de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério da Previdência Social - MPS (COATI Coordenação de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR (CGTEC Coordenação-Geral de Inovação e Tecnologias da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Ministério da Saúde - MS (DATASUS Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde)	<input type="checkbox"/>
Ministério das Cidades - MCID (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério das Comunicações - MCOM (SPTI Subsecretaria de Planejamento e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério das Mulheres - MMULHERES (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério das Relações Exteriores - MRE (DTIC Departamento de Tecnologia e Gestão da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério de Minas e Energia - MME (SE Secretaria-executiva)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (STI Subsecretaria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Esporte - MESP (CGTI Coordenação-geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Planejamento e Orçamento - MPO (COTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Turismo - MTur (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério dos Povos Indígenas - MPI (COTEC Coordenação de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério dos Transportes - MT (SGETI Subsecretaria de Gestão Estratégica, Tecnologia e Inovação)	<input type="checkbox"/>
Agência Espacial Brasileira - AEB (CTI Coordenação de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico - ANA (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC (STD Superintendência de Tecnologia e Transformação Digital)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL (SGI Superintendência de Gestão Interna da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional do Cinema - ANCINE (GTI Gerência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>





Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL (SGI Superintendência de Gestão Técnica da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Mineração - ANM (STI Superintendência de Tecnologia da Informação e Inovação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS (GETI Gerência de Tecnologia de Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ (GTGI Gerência de Tecnologia e Gestão da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (SUTEC Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (GGTIN Gerência-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Banco Central do Brasil - BCB (Deinf Departamento de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Companhia Docas do Pará - CDP (GETINF Gerência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - CEAGESP (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET/MG (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Centro Federal de Educação Tecnológica - Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ (DTINF Departamento de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN (CGTI Coordenação-Geral de Ciência e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq (CGETI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Colégio Pedro II - CPII (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Comissão de Valores Mobiliários - CVM (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT (CGTI-DAF Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação-DAF)	<input type="checkbox"/>
Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS (DA/DRL/STI Serviço de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC (GXTIN Gerência Executiva de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON (DTI Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Biblioteca Nacional - FBN (CTI Coordenação de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Cultural Palmares - FCP (CTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB (STIC Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (COGETIC Coordenação-Geral de Gestão de Tecnologia de Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (DIRTI Diretoria de Tecnologia e Inovação)	<input type="checkbox"/>





Fundação Universidade Federal de Ouro Preto - FUFOP (NTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG (DTI Divisão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI (CGTic Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações)	<input type="checkbox"/>
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE (COTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Conectividade)	<input type="checkbox"/>
Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (Cgmti Coordenação-Geral de Modernização e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO (CTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ (CTINFO Coordenação de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ (NTINF Núcleo de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG (CGTI Centro de Gestão da Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA (CGTIC Coordenação de Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (CTINF Coordenação de Tecnologia e Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IF BAIANO (DGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IF GOIANO (DTI/REI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - IFAC (DSGTI Diretoria Sistêmica de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - IAFL (DTI/PRDI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM (DGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP (DITI Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB (DTIC Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA (DGTI Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE (DGTI-REI Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (DRTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - IFF (DGTIREIT Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFAR (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG (REI-DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão - IFMA (DIGTI-PROPLADI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>





Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - IFMG (RE-DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS (Dirti Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT (DSTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG (DGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA (REITORIA/DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB (DGTI-RE Diretoria Geral de Tecnologia e Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE (DTI/REI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR (DGTI/IFPR Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - IFRJ (DGTIC Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN (DIGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO (DGTI Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - IFRS (DTI-REI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe - IFS (DTIREI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC (DTIC-REI Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - IFSP (DTI-SPO Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IFSudesteMG (DTIC Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais - IFSULDEMINAS (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano - IFSertãoPE (RT.DGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia de Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense - IFSul (IF-DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM (DTIC-REI Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins IFTO (REI-DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (DET Coordenação-geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP (CETIC Centro de Tecnologia, Inovação e Ciência de Dados)	<input type="checkbox"/>
INFRA-S.A. (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO (DATI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO (CTINF Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>





Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (CGDTI Coordenação-Geral de Ciência de Dados e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI (CGTIC Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ (CTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM (DTI Departamento de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM (CGTIC Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações)	<input type="checkbox"/>
Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO (CGLOG Coordenação-Geral de Logística e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (CGLCI Coordenação-Geral de Licitações, Convênios e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA (CGTIC Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Superintendência de Seguros Privados - SUSEP (DEATI Departamento de Administração e Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do ABC - UFABC (NTI Núcleo de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Acre - UFAC (NTI Núcleo de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Alagoas - UFAL (NTI Núcleo de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade do Amazonas - UFAM (CTIC Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE (STI.REIT Sistema de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal da Bahia - UFBA (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Ceará - UFC (STI2 Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Cariri - UFCA (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Catalão - UFCAT (SETI-UFCAT Secretaria de Tecnologia da Informação da UFCAT)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Campina Grande - IFCG (STI-SEPLAN Serviço de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre - UFCSPA (NTI Núcleo de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr (PROTIC Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA/RN (Sutic Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal Fluminense - UFF (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS (SETI Secretaria Especial de Tecnologia e Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Goiás - UFG (CERCOMP-SeTI Centro de Recursos Computacionais)	<input type="checkbox"/>





Fundação Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (COIN Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Jataí - UFJ (SETI-UFJ Secretaria de Tecnologia e Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (CGCO Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Lavras - UFLA (DGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (DTI/UFMG Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (AGETIC/RTR Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (STI Secretaria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Norte do Tocantins - UFNT (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB (PROTIC Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA (CTIC Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Pará - UFPA (CTIC Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal da Paraíba - UFPB (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (STI-UFPE Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Paraná - UFPR (AGTIC Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Pelotas - UFPel (SGTIC Superintendência de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Rondonópolis - UFR (PROTIC Pró-Reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA (STIC Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB (COTEC Coordenadoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (CPD-UFRGS Centro de Processamento de Dados)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (TIC Superintendência-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (STD/UFRPE Secretaria de Tecnologias Digitais)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Roraima - UFRR (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (COTIC Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Sergipe - UFS (STIC Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (SETIC/SEPLAN Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>





Fundação Universidade Federal de São Carlos - UFSCar (SIn Secretaria-Geral de Informática)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (CPD Centro de Processamento de Dados)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Tocantins - UFT (PROTIC Pró-reitoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Uberlândia - UFU (CTIC Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Viçosa - UFV (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (STI-UFVJM Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade de Brasília - UnB (STI Secretaria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL/MG (NTI Núcleo de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (NTI Núcleo de Tecnologia de Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (STI Superintendência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA (CTIC Coordenadoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA (DTIC Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO (PROPLAN-DTIC Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco - UNIVASF (GR-STI Secretaria de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR (DIRGTI Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa (CTIC Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI (DITEC Diretoria de Infraestrutura Tecnológica)	<input type="checkbox"/>
Imprensa Nacional - IN (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Agência Brasileira de Inteligência - ABIN (CEPESC Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI (DAFN Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização)	<input type="checkbox"/>
Ministério das Cidades - MCID (CGGOV Coordenação-Geral de Governança da Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologias de Informação e Informática)	<input type="checkbox"/>
Museu Paraense Emílio Goeldi - MPEG/MCTI (SETIC Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA/MCTI (COTIN Coordenação de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Observatório Nacional - ON/MCTI (DITIN Divisão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Laboratório Nacional de Computação Científica - LNCC/MCTI (COTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>





Instituto Nacional de Tecnologia - INT/MCTI (DITIC Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicações)	<input type="checkbox"/>
Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer - CTI/MCTI (DICSI Divisão de Infraestrutura Computacional e Sistemas de Informação)	<input type="checkbox"/>
Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST/MCTI (SEAPI Serviço de Apoio Institucional)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE/MCTI (COTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM/MD (DITEC Diretoria Técnica)	<input type="checkbox"/>
Comando da Marinha - MB/MD (DCTIM Diretoria de Comunicações e Tecnologia da Informação da Marinha)	<input type="checkbox"/>
Comando da Aeronáutica - COMAER/MD (DTI Diretoria de Tecnologia da Informação da Aeronáutica)	<input type="checkbox"/>
Comando do Exército - C EX/MD (DCT Departamento de Ciência e Tecnologia)	<input type="checkbox"/>
Hospital das Forças Armadas - HFA/MD (DTI Divisão de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (SENARC Secretaria Nacional de Renda de Cidadania)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (SAGICAD Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único)	<input type="checkbox"/>
Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES/MEC (DI Divisão de Informática)	<input type="checkbox"/>
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP (DREI Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração)	<input type="checkbox"/>
Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF (COSIS Coordenação-Geral de Sistemas e Tecnologia de Informação)	<input type="checkbox"/>
Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB/MF (Cotec Coordenação-Geral de Tecnologia e Segurança da Informação)	<input type="checkbox"/>
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN/MF (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/MGI (DIGES Diretoria de Inovação e Inteligência em Gestão de Estatais)	<input type="checkbox"/>
Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF (COTIN - Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos - MGI (SEGES Secretaria de Gestão e Inovação)	<input type="checkbox"/>
Arquivo Nacional - AN/MGI (COTIN Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP/MGI (DESIN Diretoria de Soluções Digitais)	<input type="checkbox"/>
Secretaria do Patrimônio da União - SPU/MGI (DEMIN Diretoria de Modernização e Inovação)	<input type="checkbox"/>
Secretaria Nacional do Consumidor - SENACON/MJSP (CGSINDEC Coordenação-Geral do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor)	<input type="checkbox"/>
Polícia Rodoviária Federal - PRF/MJSP (DTIC Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação)	<input type="checkbox"/>
Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPEN/MJSP (CGETI Coordenação-Geral de Estatística e Tecnologia de Informação)	<input type="checkbox"/>
Polícia Federal - PF/MJSP (DTI/PF Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação)	<input type="checkbox"/>
Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MMA (CGT Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>
Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MPO (SETEC Subsecretaria de Tecnologia e Desenvolvimento Institucional)	<input type="checkbox"/>
Companhia das Docas do Estado da Bahia - CODEBA (GTI Gerência de Tecnologia da Informação)	<input type="checkbox"/>





- |   |                          |
|---|--------------------------|
| Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR (CGGPO Coordenação-Geral de Gestão Portuária)  | <input type="checkbox"/> |
| Ministério da Saúde - MS (DEMAS Departamento de Monitoramento, Avaliação e Disseminação de Informações Estratégicas em Saúde) | <input type="checkbox"/> |
| Instituto Nacional de Câncer - INCA/MS (SETI/INCA Serviço de Tecnologia da Informação)  | <input type="checkbox"/> |
| Instituto Nacional de Cardiologia - INC/MS (DTI Divisão de Tecnologia da Informação)  | <input type="checkbox"/> |
| Ministério dos Transportes - MT (SENATRAN Secretaria Nacional de Trânsito)  | <input type="checkbox"/> |
| Ministério de Portos e Aeroportos - MPOR (CODERN Companhia Docas do Rio Grande do Norte)                                      | <input type="checkbox"/> |
| Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS (CGRS Coordenação-Geral da Rede SUAS)      | <input type="checkbox"/> |
| Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (DIPAI Diretoria de Política Agrícola e Informações)                              | <input type="checkbox"/> |
| Ministério da Igualdade Racial - MIR (COTI Coordenação de Tecnologia da Informação)   | <input type="checkbox"/> |
| Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR (DSI Departamento de Segurança da Informação)        | <input type="checkbox"/> |
| Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN (CGTI Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação)                          | <input type="checkbox"/> |

**A4. Natureza do Órgão SISP:**

Setorial

**A5. Natureza do Órgão SISP:**

Seccional

**A6. Natureza do Órgão SISP:**

Correlato



## **Seção B: G1 Gestão e Planejamento de Tecnologia da Informação**

1.1. Gestão e Planejamento de Tecnologia da Informação 1.1.1. Realizar Planejamento de Tecnologia da Informação

1.1.2. Gestão de Recursos de TI

1.2. Gestão de Pessoas

1.2.1. Força de trabalho

1.2.1.2. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades nas seguintes áreas de conhecimento:

1.2.2. Capacitação

1.2.2.1. Com relação ao desenvolvimento de competências dos profissionais de TI, a área de TIC:

1.2.2.2. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações nas seguintes áreas de conhecimento:

**B1. 1.1.1.1. As estruturas, papéis e diretrizes para a Governança de TIC do órgão estão claramente definidas em uma política de Governança de TIC ou outro instrumento equivalente.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B2. 1.1.1.2. O órgão executa processo de planejamento de acordo com a Estratégia Federal de Governo Digital - EFGD 2024/2027.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**B3. 1.1.1.3. Os assuntos relativos à implementação das ações de governo digital e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação no órgão são deliberados por um Comitê de Governança Digital ou equivalente, nos termos do Decreto nº 12.198, de 24 de setembro de 2024 e da Portaria SGD/MGI nº 6.618, de 25 de setembro de 2024.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B4. 1.1.1.4. O Plano Estratégico Institucional (PEI), em relação aos órgãos em geral e/ou, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), de acordo com o art. 21 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, ou outro instrumento estratégico equivalente, contempla(m) objetivos estratégicos específicos para TIC?**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B5. 1.1.1.5. O Gerenciamento de Projetos de TI no órgão é executado segundo as melhores práticas e metodologias aplicáveis? (Ex.: PMBOK, Kanban, Cascata, Scrum, PRINCE2, Lean, etc).**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**B6. 1.1.1.6. Qual o maior desafio que você enfrenta na governança de tecnologia da informação?**

- 1 Falta de conscientização sobre privacidade e segurança da informação da alta administração.
- 2 Falta de alinhamento com objetivos estratégicos institucionais.
- 3 Conformidade regulatória.
- 4 Escassez de talento em TI.
- 5 Falta de recursos financeiros.

**B7. 1.1.1.7. A organização possui PDTIC vigente, nos termos da Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019, formalmente instituído pelo Comitê de Governança Digital - CGD ou estrutura equivalente?**

- Sim
- Não

**B8. 1.1.1.7.1.s. Favor anexar o PDTIC :**

*Anexar somente se:*

*1. Houve atualização do PDTIC;*

*2. Não foi encaminhado no último Autodiagnóstico.*

**B9. 1.1.1.7.1.n. Ainda que não possua PDTIC vigente, são divulgadas justificativas e evidências no Portal de Transparência? (P.ex. Uso de recursos de TI de forma compartilhada com outros órgãos?)**

- Sim
- Não

**B10. Favor informar o link:**

**B11. 1.1.1.7.2. Informe o período de vigência do PDTIC:**

De (Ano)

A (Ano)

**B12. 1.1.1.7.3. O PDTIC foi publicado?**

- Sim
- Não

**B13. Favor informar o link:**



**B14. 1.1.1.7.4. O órgão possui formas ou mecanismos para monitorar as ações do PDTIC vigente?**

Sim

Não

**B15. 1.1.1.7.4.1. O monitoramento é:**

a) Público ao cidadão

b) Exclusivo da equipe de TI

c) Outro

c) Outro

**B16. 1.1.1.7.5. O órgão utiliza o Guia de PDTIC do SISP na elaboração e acompanhamento do PDTIC?:**

1 Não utiliza

2 Utiliza apenas alguns artefatos

3 Utiliza no processo de elaboração

4 Utiliza no processo de acompanhamento

5 Utiliza na integralidade

**B17. 1.1.1.7.6. Em relação à revisão anual do PDTIC, como o órgão se alinha à Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019?:**

1 Não realiza a revisão anual

2 Realiza revisões apenas esporadicamente durante a vigência do plano

3 Realiza a revisão anualmente, mas sem um grupo de trabalho formal de apoio

4 Realiza a revisão anualmente com apoio de grupo de trabalho formal, conforme orientação do SISP.

**B18. 1.1.1.7.7. Qual(ais) o(s) principal(ais) desafio(s) que o órgão enfrenta ao elaborar o inventário de necessidades priorizado, de acordo com o art. 6º da Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019 e o Guia de PDTIC do SISP (p. 154)?:**

Necessidades genéricas informadas pelas áreas finalísticas

Aplicação insuficiente de critérios objetivos de priorização pelas áreas finalísticas.

Participação insuficiente da alta administração na identificação e priorização de necessidades.

Falta de treinamentos sobre elaboração e priorização de necessidades.



Outros

Outros

**B19. 1.1.1.7.8. O CGD acompanhou a execução de ações e contratações do Plano de Metas e Ações, inclusive quanto a resultados intermediários e efetivo atendimento das necessidades priorizadas no PDTIC?**

Sim

Não

**B20. 1.1.1.7.9. O CGD aprovou e acompanhou o plano de monitoramento, o plano de avaliação, o relatório de acompanhamento e o relatório de resultados do PDTIC?**

Sim

Não

**B21. 1.1.1.7.10. O órgão estimou a quantidade mínima de pessoal por competência considerando as necessidades mais prioritárias previstas no PDTIC e os riscos relacionados a sua falta? (Guia do PDTIC do SISP, p. 85)**

Sim

Não

**B22. 1.1.1.7.11. O órgão estimou a quantidade ideal de pessoal por competência considerando as necessidades futuras ou menos urgentes e os fatores críticos de sucesso? (Guia do PDTIC do SISP, p. 85)**

Sim

Não

**B23. 1.1.1.7.12. O órgão analisou em que medida a demanda (ou a parte menos especializada dela) pode ser suprida com compartilhamento de recursos, programas de estágio, automações (IA, cloud, etc) ou contratações de serviços?**

Sim

Não



**B24. 1.1.1.7.13. O órgão detalhou as capacitações planejadas, suas relações com as necessidades priorizadas no PDTIC, se já efetuou as do [Capacita.gov.br](http://Capacita.gov.br) e os orçamentos das capacitações?**

Sim   
Não   
Em parte

**B25. 1.1.1.7.14. O órgão detalhou o orçamento para manutenção de cada contrato vigente e para cada nova contratação para atender as necessidades priorizadas no PDTIC?**

Sim   
Não   
Em parte

**B26. 1.1.1.7.15. O órgão detalhou os riscos ao atendimento das necessidades, planejou ações de tratamento aos riscos e designou os respectivos prazos e responsáveis pelas ações?**

Sim   
Não   
Em parte

**B27. 1.1.1.7.16. O órgão planejou metas intermediárias e finais para cada ação, os responsáveis, os prazos e a relação entre as ações e as necessidades previstas no PDTIC?**

Sim   
Não   
Em parte

**B28. 1.1.1.7.17. Em conformidade com a Estratégia Federal de Governo Digital (Decreto nº 12.198/2024), que exige a inclusão de ações de acessibilidade no Plano de Transformação Digital (PTD), o PDTIC do órgão ou seu PTD equivalente estabelece metas formais, com indicadores e prazos definidos, para assegurar a plena acessibilidade de seus portais, aplicativos e demais serviços digitais?**

- 1 O PDTIC ou PTD não contempla ações, metas ou indicadores relacionados à acessibilidade digital.
- 2 O PDTIC ou PTD menciona a acessibilidade digital, mas sem metas formais, prazos ou indicadores definidos.
- 3 Existem metas ou ações de acessibilidade, mas sem padronização ou acompanhamento sistemático dos resultados.
- 4 O PDTIC ou PTD define metas formais com indicadores e prazos para acessibilidade digital, e há acompanhamento periódico do cumprimento dessas metas.
- 5 As metas de acessibilidade digital estão plenamente integradas ao planejamento estratégico de TIC, monitoradas continuamente e utilizadas como insumo para a melhoria contínua dos serviços digitais do órgão.



**B29. 1.1.2.1. O órgão possui orçamento adequado para suportar as necessidades de TI.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B30. 1.1.2.2. Qual o principal desafio que você enfrenta na gestão orçamentária de tecnologia da informação?**

1 Dificuldades na justificativa de investimentos em TI.

2 Complexidade na estimativa de custos.

3 Falta de priorização estratégica.

4 Escassez de recursos para projetos críticos.

5 Restrições orçamentárias.

**B31. 1.1.2.3. A avaliação das políticas públicas de TI executadas pelo órgão (ou com sua participação) é incorporada no processo orçamentário.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B32. 1.1.2.4. Qual é o nível de priorização da tecnologia da informação na Proposta de Lei Orçamentária Anual (PLOA) do seu órgão para o próximo ano fiscal?**

1 Nenhuma prioridade, nenhuma parte do planejamento e gestão de TI estão previstas na PLOA

2 Baixa prioridade, alguma parte do planejamento e gestão de TI estão previstos na PLOA

3 Prioridade moderada, boa parte do planejamento e gestão de TI estão previstos na PLOA

4 Alta prioridade, a maioria do planejamento e gestão de TI estão previstos na PLOA

5 Muito alta prioridade, todo o planejamento e gestão de TI estão previstos na PLOA



**B33. 1.1.2.5. O órgão faz uso de uma estrutura padrão (framework) para identificar e gerenciar riscos e interdependências comuns que possam afetar as entregas de TI dentro do prazo e do orçamento.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B34. 1.1.2.6. Os recursos de TI (hardware, software, pessoal) do órgão são gerenciados de forma eficiente para otimizar custos e desempenho.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B35. 1.1.2.7. Qual é a prioridade dada à inovação e modernização tecnológica na estratégia de gestão orçamentária do seu órgão?**

1 Nenhuma prioridade, não há ações orçamentárias relacionadas a inovação e/ou modernização tecnológica

2 Baixa prioridade, poucas as ações orçamentárias são relacionadas a inovação e/ou modernização tecnológica

3 Prioridade limitada, algumas das ações orçamentárias são relacionadas a inovação e/ou modernização tecnológica

4 Prioridade moderada, muitas das ações orçamentárias são relacionadas a inovação e/ou modernização tecnológica

5 Alta prioridade, todas as ações orçamentárias possuem relação com inovação e/ou modernização tecnológica

**B36. 1.1.2.8. O órgão, como forma de previsão orçamentária, estima os custos das iniciativas de TI em cenários alternativos de utilização de recursos, ou seja, são previstas soluções alternativas para o caso de contingenciamentos orçamentários.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.





**B44. 1.2.1.1.3. Desempenhando atividades na área de Dados e Informações:**

a. Quantitativo de servidores (concursados/efetivos/cedidos)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

b. Quantitativo de terceirizados (contratados)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**B45. 1.2.1.1.4. Desempenhando atividades na área de Privacidade e Segurança da Informação:**

a. Quantitativo de servidores (concursados/efetivos/cedidos)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

b. Quantitativo de terceirizados (contratados)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**B46. 1.2.1.1.5. Desempenhando atividades na área de Contratações de Tecnologia da Informação:**

a. Quantitativo de servidores (concursados/efetivos/cedidos)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

b. Quantitativo de terceirizados (contratados)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**B47. 1.2.1.1.6. Desempenhando atividades na área de Infraestrutura e Plataformas Digitais:**

a. Quantitativo de servidores (concursados/efetivos/cedidos)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

b. Quantitativo de terceirizados (contratados)

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**B48. a. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades na área de conhecimento Gestão e Planejamento de Tecnologia da Informação;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B49. b. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades na área de conhecimento Sistemas e Serviços Públicos Digitais;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**B50. c. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades na área de conhecimento Dados e Informações;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B51. d. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades na área de conhecimento Privacidade e Segurança da Informação;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B52. e. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades na área de conhecimento Contratações de Tecnologia da Informação;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B53. f. No órgão, a força de trabalho de TIC desenvolve satisfatoriamente suas atividades na área de conhecimento Infraestrutura e Plataformas Digitais.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**B54. 1.2.1.3. Qual é o percentual de titulares de funções de TI do seu órgão que são servidores públicos efetivos, empregados públicos ou militares, em conformidade com o Artigo 9º-C do Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, do Poder Executivo federal?**

- 1 Menos de 25% dos titulares atendem a esse critério.
- 2 Entre 25% e 50% dos titulares atendem a esse critério.
- 3 Entre 50% e 75% dos titulares atendem a esse critério.
- 4 Entre 75% e 100% dos titulares atendem a esse critério.
- 5 Todos os titulares de funções de TI do meu órgão são servidores públicos efetivos, empregados públicos ou militares, cumprindo integralmente o Artigo 9º-C.:

**B55. 1.2.1.4. O órgão possui cargo e/ou carreira própria de TIC?**

- Sim
- Não

**B56. Qual cargo/carreira e/ou especialidade?:**

**B57. a. define as competências necessárias para o pessoal de TI executar suas atividades.**

- 1 Discordo totalmente.
- 2 Discordo parcialmente.
- 3 Neutro (Nem concordo nem discordo).
- 4 Concordo parcialmente.
- 5 Concordo totalmente.

**B58. b. define critérios para avaliação e atendimento dos pedidos de capacitação.**

- 1 Discordo totalmente.
- 2 Discordo parcialmente.
- 3 Neutro (Nem concordo nem discordo).
- 4 Concordo parcialmente.
- 5 Concordo totalmente.



**B59. c. elabora, periodicamente, plano de capacitação para suprir as necessidades de desenvolvimento de competências de TI.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B60. d. executa o plano de capacitação, identificando e corrigindo os desvios.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B61. e. avalia a execução do plano de capacitação, verificando se os objetivos e resultados esperados foram alcançados.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B62. f. possui algum tipo de incentivo, financeiro ou não, para o desenvolvimento de competências do pessoal de TI.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**B63. a. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações na área de conhecimento Gestão e Planejamento de Tecnologia da Informação;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B64. b. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações na área de conhecimento Sistemas e Serviços Públicos Digitais;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B65. c. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações na área de conhecimento Dados e Informações;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B66. d. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações na área de conhecimento Privacidade e Segurança da Informação;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**B67. e. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações na área de conhecimento Contratações de Tecnologia da Informação;**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B68. f. No órgão, são plenamente desenvolvidas capacitações na área de conhecimento Infraestrutura e Plataformas Digitais.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**B69. 1.2.2.3 Quais competências de liderança o órgão considera prioritárias para os líderes de TI?**

Gestão de equipes multidisciplinares

Tomada de decisão baseada em dados

Comunicação estratégica e negociação

Gestão da mudança e inovação

Outras

Outras

**B70. 1.2.2.4. Em relação a tecnologias emergentes, em quais temas o órgão necessita de capacitação para os líderes de TI? (por ordem de prioridade)**

Inteligência Artificial e automação (Ex.: 1, 2, 3, etc.):

Computação em nuvem (Ex.: 1, 2, 3, etc.):

Cibersegurança e proteção de dados (Ex.: 1, 2, 3, etc.):

Interoperabilidade e integração de sistemas (Ex.: 1, 2, 3, etc.):

Blockchain e tecnologias disruptivas (Ex.: 1, 2, 3, etc.):





**B74. 1.2.2.8. Qual o formato de capacitação mais adequado para os líderes de TI e a equipe?**

EAD assíncrono (gravado)

EAD síncrono (ao vivo)

Cursos presenciais

**B75. 1.2.2.9. Qual(ais) a(s) maior(es) barreira(s) para participação em capacitações atualmente?**

Falta de tempo/carga de trabalho

Oferta insuficiente de cursos específicos

Dificuldade de acesso/inscrição

Recursos financeiros limitados

Outros

Outros

## **Seção C: G2 Sistemas e Serviços Públicos Digitais**

2.1. Sistemas e Serviços Públicos Digitais 2.1.1 Gestão de Sistemas e Serviços

2.1.2. Transformação Digital de Serviços

2.1.3. Experiência do Usuário

**C1. 2.1.1.1. Como você avaliaria o nível de documentação e padronização nos processos de desenvolvimento de sistemas em seu órgão?**

1 Não tenho informações sobre a documentação e padronização no meu órgão

2 Documentação e padronização ausentes ou inadequadas

3 Documentação e padronização existentes, mas não seguidas consistentemente

4 Documentação e padronização seguidas, mas com espaço para melhorias

5 Documentação e padronização bem estabelecidas e seguidas

**C2. 2.1.1.2. Quais métodos de gerenciamento de projetos são utilizados em seu órgão para o desenvolvimento de sistemas?**

1 Não tenho informações sobre os métodos de gerenciamento de projetos no meu órgão

2 Nenhum método formal de gerenciamento de projetos

3 Abordagens informais de gerenciamento de projetos

4 Uso ocasional de metodologias ágeis ou tradicionais

5 Implementação consistente de metodologias ágeis ou tradicionais



**C3. 2.1.1.3. Como o seu órgão lida com testes de qualidade e garantia de qualidade no desenvolvimento de sistemas?**

- 1 Não tenho informações sobre os testes de qualidade e garantia de qualidade no meu órgão
- 2 Testes e garantia de qualidade são negligenciados
- 3 Testes ocasionais, mas sem procedimentos de garantia de qualidade
- 4 Testes regulares, mas com garantia de qualidade limitada
- 5 Testes extensivos e rigorosa garantia de qualidade

**C4. 2.1.1.4. Qual o maior desafio enfrentado na disponibilização de serviços públicos digitais?**

- 1 Restrições orçamentárias
- 2 Questões de segurança cibernética
- 3 Falta de capacidade técnica e/ou recursos humanos
- 4 Barreiras regulatórias
- 5 Não visualizo grandes desafios

**C5. 2.1.1.5. Qual maior obstáculo você identifica ao expandir a oferta de serviços públicos digitais?**

- 1 Falta de infraestrutura tecnológica adequada
- 2 Questões de acessibilidade para grupos vulneráveis
- 3 Complexidade do processo de digitalização
- 4 Integração com sistemas legados
- 5 Não visualizo grandes obstáculos

**C6. 2.1.1.6. O órgão monitora o índice de satisfação dos usuários e/ou cidadãos com os sistemas e serviços públicos digitais?**

- 1 Não monitora
- 2 Iniciou plano para monitorar
- 3 Monitora poucos sistemas e serviços públicos digitais
- 4 Monitora a maior parte dos sistemas e serviços públicos digitais
- 5 Monitora todos os sistemas e serviços públicos digitais



**C7. 2.1.1.7. Qual é o nível de utilização do sistema SEI (Sistema Eletrônico de Informações) em seu órgão?**

- 1 Não utilizamos o SEI.
- 2 Estamos em fase de testes iniciais do SEI.
- 3 Utilizamos o SEI de forma limitada em alguns setores.
- 4 O SEI é amplamente utilizado em nosso órgão para gestão de documentos.
- 5 O SEI é a principal plataforma para gestão de documentos em nosso órgão, com integração total com outros sistemas.

**C8. 2.1.1.8. Como você descreveria o nível de maturidade do seu órgão, quanto ao desenvolvimento de sistemas e entrega de serviços, no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU?**

- 1 Não temos conhecimento dos ODS da ONU.
- 2 Estamos cientes dos ODS, mas ainda não tomamos medidas significativas.
- 3 Iniciamos ações para alinhar nossas atividades aos ODS, mas estamos nos estágios iniciais.
- 4 Estamos implementando medidas concretas alinhadas com os ODS.
- 5 Cumprimos integralmente os ODS da ONU e contribuímos ativamente para seu avanço.

**C9. 2.1.1.9. O órgão adota alguma metodologia de desenvolvimento de software?**

- 1 Não adota.
- 2 Iniciou plano para adotar.
- 3 Adota metodologia tradicional.
- 4 Adota metodologia ágil.
- 5 Adota ambas (ágil e tradicional) a depender do projeto.

**C10. 2.1.1.10. Quanto ao uso de ferramentas automatizadas para verificação da qualidade do código, o órgão:**

- 1 Não conhece ou não faz uso.
- 2 Realiza um processo manual de revisão do código, mas não há um monitoramento.
- 3 Realiza um processo manual de revisão do código e monitoramento via ferramenta.
- 4 Realiza revisões automatizadas de código usando ferramentas de revisão de código, mas sem integração com o gerenciamento de build.
- 5 Realiza revisões automatizadas de código usando ferramentas de revisão de código, integrado com o processo de gerenciamento de build.



**C11. 2.1.1.11. Quanto ao uso de ferramentas automatizadas para realização de testes, o órgão:**

- 1 Os testes são manuais e os defeitos são registrados em planilhas.
- 2 Os testes são manuais e os resultados registrados no sistema de monitoração de defeitos e / ou em planilhas.
- 3 Os testes são manuais, mas usando ferramenta de gerenciamento de teste.
- 4 Os testes funcionais são parcialmente automatizados, pois nem tudo é coberto.
- 5 Os testes e o mecanismo de feedback são totalmente automatizados.

**C12. 2.1.1.12. O órgão possui um repositório centralizado ou catálogo de aplicações corporativas (Gestão de Portfólio de Aplicações (Application Portfolio Management – APM))?**

- 1 Não possui.
- 2 Possui inventário parcial e desatualizado.
- 3 Possui inventário atualizado, mas sem classificação de criticidade.
- 4 Possui inventário completo, com classificação por criticidade e uso.
- 5 Possui inventário completo, integrado à gestão de riscos, custos e ciclo de vida das aplicações.

**C13. 2.1.1.13. Como o órgão gerencia a integração entre sistemas e bases de dados internas e externas?**

- 1 Integrações manuais e pontuais.
- 2 Integrações parciais via scripts ou planilhas.
- 3 Integrações automatizadas apenas entre sistemas internos.
- 4 Integrações automatizadas internas e externas, com monitoramento básico.
- 5 Integrações completas via barramento de serviços (ESB/API Gateway), com monitoramento e governança de dados.

**C14. 2.1.1.14. Como está o processo de modernização de aplicações legadas?**

- 1 Nenhuma iniciativa de modernização.
- 2 Planejamento inicial de migração de sistemas legados.
- 3 Migração parcial de sistemas críticos.
- 4 Modernização em andamento com foco em arquitetura modular.
- 5 Modernização completa baseada em microsserviços, APIs e computação em nuvem ou não possui aplicações legadas para modernizar.



**C15. 2.1.1.15. O órgão avalia o valor público gerado pelos seus sistemas digitais, nos termos da Portaria SGD/MGI Nº 1.083, de 14 de fevereiro de 2025?**

- 1 Não realiza avaliação.
- 2 Avalia apenas com base em custos e prazos.
- 3 Considera indicadores de uso e satisfação.
- 4 Considera indicadores de impacto social e eficiência.
- 5 Cumpre integralmente a Portaria, utilizando modelo estruturado de valor público com métricas de resultado e benefício à sociedade.

**C16. 2.1.2.1. Sobre o Plano de Transformação Digital, o órgão:**

- 1 Não possui.
- 2 Está em fase de elaboração.
- 3 Possui PTD aprovado, mas não executa as ações por dificuldades operacionais
- 4 Possui PTD aprovado com ações plenamente em execução.
- 5 Possui PTD aprovado com todas as ações concluídas.

**C17. 2.1.2.2. A transformação digital de serviços está resultando em uma maior eficiência e produtividade, perceptível pelo órgão.**

- 1 Discordo totalmente.
- 2 Discordo parcialmente.
- 3 Neutro (Nem concordo nem discordo).
- 4 Concordo parcialmente.
- 5 Concordo totalmente.

**C18. 2.1.2.3. Os investimentos em sistemas e serviços digitais previstos no Plano de Transformação Digital (PTD) estão alinhados aos objetivos estratégicos do órgão?**

- 1 Não existe alinhamento formal.
- 2 Há tentativa de alinhamento, mas sem metodologia estruturada.
- 3 Os principais projetos digitais consideram o plano estratégico.
- 4 O alinhamento é monitorado periodicamente.
- 5 O alinhamento é sistemático, com mensuração de valor público e resultados.



**C19. 2.1.2.4. Os investimentos em sistemas e serviços digitais previstos no PTD estão alinhados aos padrões e diretrizes de acessibilidade digital, conforme as Normas ABNT NBR 17225/2025 e NBR 17060/2022, bem como o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG 3.1)?**

1 Não há alinhamento formal com os padrões e diretrizes de acessibilidade.

2 Há iniciativas pontuais, mas sem metodologia estruturada de conformidade com as normas.

3 Os principais sistemas e serviços digitais consideram as diretrizes de acessibilidade no planejamento e desenvolvimento.

4 O alinhamento é monitorado periodicamente, com ações de verificação e correção de não conformidades.

5 O alinhamento é sistemático, com mensuração de conformidade, valor público e resultados em acessibilidade digital.

**C20. 2.1.2.5. Em relação ao uso de ferramentas e soluções para promover a transformação dos serviços públicos, orientados pela perspectiva dos cidadãos e empresas, buscando a simplificação e a oferta de serviços por meio de canais digitais, seu órgão:**

1 Não adota ferramenta e/ou solução.

2 Adota apenas 1 (uma) ferramenta e/ou solução.

3 Adota entre 2 (duas) e 4 (quatro) ferramentas e/ou soluções.

4 Adota até 5 (cinco) ferramentas e/ou soluções.

5 Adota mais de 5 (cinco) ferramentas e/ou soluções.

**C21. 2.1.2.6. Especificamente quanto ao nível de conhecimento e aplicabilidade sobre o Design System (Padrão Digital de Governo - gov.br/ds), o seu órgão:**

1 Não conhece.

2 Conhece e não utiliza.

3 Tem plano para utilizar.

4 Está em fase de implementação.

5 Utiliza.

**C22. 2.1.2.7. Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos estão integrados ao Login Único (Acesso gov.br), plataforma de autenticação única ofertada pelo Ministério da Gestão, sem ônus para o órgão?**

1 Entre 0% e 30% dos serviços estão integrados ao Login Único.

2 Entre 31% e 50% dos serviços estão integrados ao Login Único.

3 Entre 51% e 70% dos serviços estão integrados ao Login Único.

4 Entre 71% e 90% dos serviços estão integrados ao Login Único.

5 Entre 91% e 100% dos serviços estão integrados ao Login Único.



**C23. 2.1.2.8. Dentro dos serviços oferecidos para a sociedade, quantos estão integrados ao módulo de Avaliação, api de avaliação da satisfação dos usuários, ofertada pelo Ministério da Gestão, sem ônus para o órgão?**

1 Entre 0% e 30% dos serviços estão integrados ao módulo de Avaliação.

2 Entre 31% e 50% dos serviços estão integrados ao módulo de Avaliação.

3 Entre 51% e 70% dos serviços estão integrados ao módulo de Avaliação.

4 Entre 71% e 90% dos serviços estão integrados ao módulo de Avaliação.

5 Entre 91% e 100% dos serviços estão integrados ao módulo de Avaliação.

**C24. 2.1.2.9. Seu órgão possui algum aplicativo móvel?**

Sim

Não

**C25. 2.1.2.9.1. Este aplicativo móvel está cadastrado nas lojas do Google e da Apple utilizando a conta única do governo federal?**

Sim

Não

**C26. 2.1.2.10. Algum serviço público do seu órgão possui alguma etapa de cobrança que necessite de pagamento do cidadão?**

Sim

Não

**C27. 2.1.2.10.1. Se sim, este(s) serviço(s) público(s) utiliza(m), como opções de pagamento, a solução do governo federal chamada de PagTesouro?**

Sim

Não

**C28. 2.1.3.1. O órgão coleta regularmente feedback dos usuários para melhorar a experiência.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.



**C29. 2.1.3.2. Os usuários recebem treinamento e suporte adequados para utilizar os sistemas de TI.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**C30. 2.1.3.3. O órgão busca constantemente maneiras de melhorar a experiência do usuário nos sistemas e serviços de TI.**

1 Discordo totalmente.

2 Discordo parcialmente.

3 Neutro (Nem concordo nem discordo).

4 Concordo parcialmente.

5 Concordo totalmente.

**C31. 2.1.3.4. No órgão, existem equipes dedicadas ao desenho da jornada do cliente e entendimento adequado para UX (User Experience) e UI (User Interface)?**

1 Não temos equipes dedicadas para isso; todos fazem um pouco de tudo quando necessário.

2 Estamos começando a explorar a importância de UX e UI, mas ainda não temos uma equipe específica para isso.

3 Temos algumas pessoas que trabalham com UX e UI, mas não são equipes dedicadas exclusivamente a isso.

4 Temos uma equipe que se dedica ao desenho da jornada do cliente, focando tanto em UX quanto em UI.

5 Contamos com equipes especializadas e dedicadas exclusivamente ao desenho da jornada do cliente e ao entendimento profundo de UX e UI, com processos bem estabelecidos para garantir uma excelente experiência do usuário.



## Seção D: G3 Dados e Informações

### 3.1. Dados e Informações 3.1.1. Maturidade de Dados

#### 3.1.1.1 Dimensão - Governança de Dados

A Dimensão Governança de Dados abrange aspectos essenciais para a estruturação e consolidação da governança de dados dentro da organização. Composta pelos Temas Estrutura Organizacional para Governança de Dados, Promoção da Cultura de Dados pela Alta Gestão, Princípios e Políticas de Dados e Letramento em Dados, essa dimensão busca fortalecer a interação entre os atores envolvidos, assegurando que papéis e responsabilidades sejam claramente definidos. Inclui ainda diretrizes e políticas que garantem o uso seguro e estratégico dos dados, alinhando sua gestão aos objetivos institucionais, ao planejamento estratégico e à governança corporativa, promovendo uma cultura orientada a dados em todos os níveis da organização.

#### 3.1.1.2 Dimensão - Dados como Ativo Estratégico

A Dimensão Dados como Ativo Estratégico aborda a avaliação de como a governança e gestão de dados estão alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais e às entregas para a sociedade. Eles analisam o impacto do uso estratégico dos dados na redução de riscos, no suporte ao planejamento estratégico e na maximização da efetividade das políticas públicas, promovendo consistência e resultados direcionados aos cidadãos. A Dimensão é composta por 3 Temas: Alinhamento com Objetivos Estratégicos, Gestão Orientada a Dados e Dados como Pilar para Entregas à Sociedade.

#### 3.1.1.3. Dimensão - Conhecimento sobre os Dados

Essa dimensão abrange os aspectos fundamentais para garantir que os dados sejam compreendidos, documentados e estruturados de forma padronizada dentro da instituição. Composta pelos temas Documentação dos Ativos de Dados, Glossário de Termos de Negócio, Modelagem de Dados e Gestão de Metadados, tem como objetivo assegurar que os dados sejam descritos, organizados e gerenciados de maneira clara e acessível, promovendo transparência, descoberta, compartilhamento, interoperabilidade e confiabilidade no seu uso, facilitando sua localização e utilização tanto por integrantes da organização quanto pela sociedade.

#### 3.1.1.4. Dimensão - Dados Abertos

A Dimensão Dados Abertos aborda dados que estão disponíveis para acesso, uso e redistribuição sem restrições técnicas ou legais significativas para a sociedade. São dados de interesse público produzidos ou custodiados por órgãos e entidades governamentais que são disponibilizadas de maneira livre e gratuita para qualquer pessoa, com o objetivo de promover a transparência, a participação social e a inovação. A Dimensão é composta por 2 Temas: Implementação da Política de Dados Abertos e Ecossistema de Dados Abertos.

#### 3.1.1.5. Dimensão - Gerenciamento de Dados

A Dimensão Gerenciamento de Dados aborda o manejo de dados mestres, de referência, não estruturados e geoespaciais dentro das instituições. São dados tratados como ativos estratégicos, promovendo padronização, integração e utilização tecnológica, com o objetivo de suportar a tomada de decisões, fomentar políticas públicas inovadoras e garantir a interoperabilidade. A Dimensão é composta por 4 Temas: Gerenciamento de Dados Mestres e de Referência, Ciclo de Vida dos Dados, Dados não Estruturados e Gerenciamento de Dados Geoespaciais, sendo este último dividido em 6 Subtemas: Governança de Dados Geoespaciais, Qualidade dos Dados Geoespaciais (precisão espacial e temporal; consistência topológica; mecanismos de validação), Metadados Geoespaciais, Gerenciamento da Solução Geoespacial (plataformas, ferramentas e tipos de dados), Interoperabilidade de Informação Geoespacial e Cultura e Letramento em Dados Geoespaciais.

#### 3.1.1.6. Dimensão - Análise de Dados

A Dimensão Análise de Dados aborda a utilização de dados para embasar a tomada de decisões organizacionais, demandando infraestrutura robusta, ferramentas adequadas e dados relevantes. São práticas e tecnologias que garantem o armazenamento, processamento e manipulação eficaz dos dados, assegurando a confiabilidade dos resultados. Desenvolver capacidade analítica é essencial, abrangendo conhecimentos matemáticos, estatísticos, computacionais e comerciais, além de promover uma cultura orientada a dados (data-driven). Essa abordagem fortalece a estratégia organizacional, impulsionando a eficiência e a inovação na prestação de serviços aos cidadãos. A Dimensão é composta por 4 Temas: Infraestrutura e Ferramentas para Análise de Dados, Relevância e Suficiência dos Dados, Desenvolvimento da Capacidade Analítica e Tomada de Decisão Baseada em Dados.

#### 3.1.1.7. Dimensão - Interoperabilidade de Dados

A Dimensão Interoperabilidade de Dados aborda a definição e aplicação de padrões e diretrizes para o compartilhamento de dados de forma estruturada e consistente. São práticas que envolvem aspectos técnicos, como a definição de formatos



## D2. 3.1.1.1.2 TEMA: Promoção da Cultura de Dados pela Alta Gestão

**Assertiva: A alta gestão demonstra compromisso ativo na promoção de uma cultura orientada a dados, atuando como exemplo e engajando as equipes na valorização dos dados como ativos estratégicos.**

Nível 1: A alta gestão da instituição não reconhece formalmente a importância dos dados como ativos estratégicos e não há iniciativas ou manifestações claras voltadas à promoção de uma cultura de dados.

Nível 2: A alta gestão da instituição reconhece verbalmente a importância dos dados, mas ainda não há um compromisso formal e estratégico consolidado sobre o tema. Esse reconhecimento, embora positivo, é insuficiente para assegurar uma compreensão ampla e o aculturação de toda a organização em relação à governança e ao uso estratégico de dados.

Nível 3: A alta gestão demonstra um compromisso crescente com o uso estratégico dos dados, promovendo a tomada de decisão orientada por dados. Além disso, patrocina ações para conscientizar e engajar a organização sobre as estruturas, diretrizes e processos de governança de dados, fortalecendo a cultura organizacional nesse tema.

Nível 4: O compromisso da alta gestão com a utilização estratégica dos dados é evidenciado por uma cultura de dados consolidada e respaldada por políticas e normas formais.

Nível 5: A alta gestão desempenha o papel de principal patrocinadora da cultura orientada a dados, liderando e promovendo iniciativas que fortalecem a governança e o uso estratégico dos dados em todos os níveis. Adota-se uma visão estratégica em que os dados estão no centro das decisões organizacionais.

## D3. 3.1.1.1.3 TEMA: Princípios e Políticas de Dados

**Assertiva: Princípios e políticas de dados são definidos e implementados visando o estabelecimento de valores e diretrizes para garantir que os dados sejam geridos de forma ética, segura e estratégica, alinhados aos objetivos institucionais e às regulamentações aplicáveis.**

Nível 1: Não existem princípios e políticas de dados formalizados. As práticas relacionadas à gestão e governança de dados são realizadas de forma isolada, sem diretrizes claras ou integração entre áreas.

Nível 2: Princípios e políticas de dados são preliminares, mas de forma fragmentada ou não formalizada. Ainda não há disseminação ampla ou adesão consistente por parte das equipes.

Nível 3: Princípios e políticas de dados estão formalizados e abrangem diretrizes gerais para a gestão e governança de dados. Contudo, sua aplicação ainda é limitada, e a disseminação para as equipes e processos está em progresso.

Nível 4: Princípios e políticas de dados estão formalizados, amplamente disseminados e integrados aos processos institucionais. Eles são aplicados de forma consistente para garantir qualidade, segurança e alinhamento com objetivos estratégicos.

Nível 5: Princípios e políticas de dados são amplamente aceitos como parte da cultura de dados e passam por revisões regulares para incorporar mudanças estratégicas, tecnológicas e regulatórias. Sua aplicação está consolidada em todos os níveis, promovendo excelência na gestão e uso estratégico dos dados.

## D4. 3.1.1.1.4 TEMA: Letramento em Dados

**Assertiva: A promoção da capacitação é contínua entre os envolvidos para o uso efetivo de dados no apoio à tomada de decisões, assegurando que as habilidades necessárias sejam desenvolvidas em todas as áreas, de maneira alinhada aos objetivos estratégicos e às demandas institucionais.**

Nível 1: Não existem ações de promoção de capacitações ou iniciativas para o desenvolvimento de competências relacionadas ao uso de dados no apoio à tomada de decisões.

Nível 2: Recursos começam a ser alocados para oferecer treinamento voltado ao aprimoramento de habilidades em dados, sempre que exigido externamente por requisitos legais ou políticas.

Nível 3: Treinamentos pontuais e direcionados são promovidos, voltados principalmente a um grupo restrito de colaboradores especializados. Complementarmente, suporte e capacitações personalizadas são oferecidas para servidores envolvidos na gestão de dados, atendendo às demandas específicas de suas funções.

Nível 4: Capacitações para colaboradores que lidam com dados são implementadas, garantindo que as ações de letramento em dados sejam aplicadas de forma uniforme a todos os colaboradores, promovendo o alinhamento estratégico e a eficiência na disseminação do conhecimento.

Nível 5: Investimentos contínuos e adequados em capacitação são realizados para todos os colaboradores, alinhando as iniciativas de treinamento aos objetivos estratégicos e operacionais. Todas as áreas possuem metas e planos proporcionais para aprimorar as habilidades em dados, garantindo que o uso estratégico de dados esteja integrado à cultura organizacional e contribua para a tomada de decisões informadas em todos os níveis.



### D5. 3.1.1.2.1 TEMA: Alinhamento com Objetivos Estratégicos

**Assertiva: As atividades de coleta, análise e tomada de decisão com base em dados estão alinhadas à visão, missão e metas institucionais, garantindo suporte efetivo ao planejamento estratégico e à governança corporativa.**

- Nível 1: Não existe alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais, resultando em uma falta de direcionamento para a governança e gestão de dados.
- Nível 2: Práticas e processos alinhados com os objetivos estratégicos institucionais começam a ser implementados para tratamento e uso de dados, mas ainda não estão plenamente incorporados às atividades de governança e gestão de dados.
- Nível 3: Uma abordagem mais estruturada para o uso de dados está sendo desenvolvida, visando alinhar as ações de governança e gestão de dados ao planejamento estratégico.
- Nível 4: A estratégia de dados está estabelecida e o alinhamento com os objetivos estratégicos institucionais é prioridade, estando plenamente integrada às atividades de governança e gestão de dados.
- Nível 5: A estratégia de dados está focada em áreas chave a fim de maximizar o impacto e o valor dos dados, visando alcançar um estado de inovação contínua, aprendizado e proatividade estratégica.

### D6. 3.1.1.2.2 TEMA: Gestão Orientada a Dados

**Assertiva: Os dados são reconhecidos como um recurso estratégico na instituição e são utilizados de forma sistemática para embasar decisões em todos os níveis hierárquicos.**

- Nível 1: Os dados não são reconhecidos como um ativo estratégico e não existem iniciativas voltadas para a gestão e o uso de dados na tomada de decisão. A coleta, armazenamento e análise de dados são inexistentes ou ocorrem de forma desorganizada e sem direcionamento estratégico. As decisões são tomadas com base em intuição ou experiência empírica, sem embasamento analítico.
- Nível 2: A importância dos dados para a tomada de decisão começa a ser reconhecida, mas a cultura de uso de dados ainda é incipiente. Existem algumas iniciativas isoladas para coleta e análise de dados, mas sem padronização ou integração entre áreas. O uso de dados na tomada de decisão ainda é limitado e ocorre de maneira reativa.
- Nível 3: A cultura de decisão baseada em dados está em fase de consolidação e já se reconhecem os dados como um ativo estratégico. Existem processos estruturados para coleta, armazenamento e análise de dados, com maior integração entre áreas. Técnicas de análise começam a ser utilizadas para subsidiar decisões, e há um esforço para capacitação das equipes em gestão e uso de dados.
- Nível 4: O uso de dados como parte integrante da rotina institucional é incorporado, com ampla adoção de técnicas analíticas em todas as etapas da gestão. As decisões são baseadas em evidências, e o monitoramento contínuo dos indicadores é realizado. São aplicadas metodologias avançadas, como pesquisas prospectivas, análises exploratórias e previsões para apoiar o planejamento estratégico.
- Nível 5: A cultura organizacional está totalmente centrada em dados, onde todas as decisões e o planejamento estratégico são embasados por análises quantitativas e qualitativas avançadas. Há uma equipe altamente qualificada e investimentos contínuos em tecnologias de análise, inteligência artificial e automação de processos. A coleta, armazenamento e análise de dados são altamente eficientes e adaptáveis, permitindo um ciclo de aprendizado contínuo. A gestão orientada a dados é sustentada por princípios sólidos e práticas inovadoras que garantem sua perpetuidade e impacto estratégico.

### D7. 3.1.1.2.3 TEMA: Dados como Pilar para Entregas à Sociedade

**Assertiva: A governança e gestão de dados estão estruturadas para melhorar a qualidade e a consistência das políticas públicas, maximizando os benefícios para a sociedade.**

- Nível 1: A relação entre uma governança e gestão de dados não é reconhecida como fator crucial para entrega de valor à sociedade. A formulação e implementação da política são baseadas em intuição e hierarquia de comando, sem um diagnóstico adequado sobre qual política deve ser adotada.
- Nível 2: A conexão entre a ausência da governança de dados e uma gestão deficiente de dados é reconhecida, bem como os riscos de impacto negativo para as entregas à sociedade de produtos de dados. A alta administração percebe que a indução de suas unidades com propósitos comuns para uso de dados alavancam políticas baseadas em evidências robustas e reduz os riscos de fracasso ou atrasos na implementação de produtos de dados.
- Nível 3: Existe a preocupação sobre a compreensão de como as práticas de governança de dados são importantes para integrar e convergir os esforços das diversas unidades e que isso tem impacto direto nas entregas de produtos de dados para a sociedade. Embora haja uma conscientização sobre como uma boa gestão de dados pode apoiar essas entregas, as iniciativas nesse sentido podem não estar totalmente alinhadas com todas as áreas de entrega para a sociedade, sendo necessário um esforço para melhorar a consistência e a integração de dados e das equipes.
- Nível 4: A conexão entre a governança e a gestão de dados está estabelecida, preocupando-se em garantir que as iniciativas de gestão de dados estejam alinhadas com as entregas para sociedade de produtos de dados específicos, além de garantir que as equipes intervenientes colaborem entre si para esse propósito.
- Nível 5: A relação entre a governança de dados e a gestão de dados é totalmente compreendida e alinhada, agindo proativamente para garantir a conexão das iniciativas de gestão de dados com as entregas específicas à sociedade de produtos de dados com propósitos e valores. Além disso, promove-se de forma estratégica a colaboração entre as equipes envolvidas, a fim de fortalecer esse objetivo comum.



**D8. 3.1.1.3.1 TEMA: Documentação dos Ativos de Dados**

**Assertiva: Práticas para a documentação de seus ativos de dados são adotadas para garantir o registro padronizado de informações essenciais, como propriedade, formato, origem e descrição.**

Nível 1: Não existem processos formais para documentar seus ativos de dados. Informações essenciais sobre os ativos de dados são dispersas ou inexistentes.

Nível 2: Há iniciativas pontuais de documentação dos ativos de dados, geralmente conduzidas por áreas específicas, sem uma abordagem padronizada ou diretrizes institucionais.

Nível 3: A importância da documentação dos ativos de dados é reconhecida e iniciou a definição de diretrizes para padronizar esse processo. Algumas áreas já adotam práticas mais estruturadas, mas ainda há inconsistências na aplicação e na abrangência da documentação.

Nível 4: A documentação dos ativos de dados é formalmente estabelecida, com diretrizes e padrões institucionais bem definidos. A maioria dos conjuntos de dados críticos já está documentada, e a informação é acessível para as equipes envolvidas na gestão e no uso dos dados.

Nível 5: Processo contínuo e estruturado de documentação de ativos de dados é mantido, assegurando que as informações estejam sempre atualizadas e integradas aos processos organizacionais. A documentação é amplamente utilizada para fortalecer a governança, facilitar a interoperabilidade, apoiar operações e decisões estratégicas, e promover o uso eficiente dos dados.

**D9. 3.1.1.3.2 TEMA: Glossário de Termos de Negócio**

**Assertiva: Glossário de termos de negócio é mantido e utilizado para padronizar definições, reduzir ambiguidades e promover a comunicação clara entre as áreas.**

Nível 1: Não existe um glossário de termos de negócio formalizado.

Nível 2: A necessidade de um glossário de termos de negócio é reconhecida e iniciaram-se esforços pontuais para documentar alguns termos e definições. No entanto, essa documentação ainda não é abrangente nem amplamente adotada.

Nível 3: Existe um glossário de termos de negócio em estágio inicial, abrangendo os principais conceitos utilizados internamente. Entretanto, sua adoção ainda é parcial, sem um processo estruturado de atualização e governança.

Nível 4: Um glossário de termos de negócio formalizado é mantido atualizado regularmente e utilizado por diferentes áreas. Existe um processo definido para sua manutenção e expansão, garantindo maior clareza, padronização e alinhamento no uso dos dados.

Nível 5: Existe um glossário de termos de negócio plenamente integrado aos processos organizacionais, sendo uma referência essencial para todas as áreas. Há um processo contínuo de revisão e aprimoramento, e sua utilização é amplamente disseminada, consolidando-se como um elemento fundamental da governança de dados.

**D10. 3.1.1.3.3 TEMA: Modelagem de Dados**

**Assertiva: Práticas de modelagem de dados são adotadas para estruturar, organizar e documentar suas bases de dados, garantindo padronização e facilitando a gestão e o uso estratégico dos dados.**

Nível 1: Não existem práticas formais de modelagem de dados. As bases de dados são estruturadas de maneira ad hoc, sem padronização ou documentação, dificultando sua compreensão, interoperabilidade e reutilização.

Nível 2: A importância da modelagem de dados é reconhecida e esforços pontuais foram iniciados para estruturar e documentar algumas bases de dados. No entanto, essas iniciativas são isoladas, não seguem um padrão institucional e não há governança definida sobre os modelos criados.

Nível 3: Práticas iniciais e padronizadas de modelagem de dados são aplicadas a alguns sistemas ou projetos específicos. Contudo, a adoção ainda é limitada e os modelos não são amplamente documentados nem possuem uma governança centralizada para garantir sua consistência e evolução.

Nível 4: Um processo formal de modelagem de dados é mantido, assegurando que as bases de dados sejam documentadas, organizadas e padronizadas. Há governança estruturada para a atualização e revisão dos modelos, e a padronização já traz benefícios tangíveis para a interoperabilidade entre áreas e sistemas.

Nível 5: A modelagem de dados é consolidada como uma prática estratégica e essencial na instituição, sendo amplamente adotada em todos os sistemas e processos organizacionais. Há uma governança centralizada para definir, supervisionar e garantir a padronização dos modelos de dados, promovendo interoperabilidade e alinhamento estratégico. A modelagem é continuamente revisada para acompanhar mudanças tecnológicas e organizacionais.



### D11. 3.1.1.3.4 TEMA: Gestão de Metadados

**Assertiva: Os metadados são gerenciados para aprimorar a capacidade da instituição de processar, manter, integrar, proteger, auditar e governar seus dados.**

Nível 1: Não existem práticas formais de gestão de metadados. A documentação é inexistente ou fragmentada, dificultando a rastreabilidade, a encontrabilidade, o compartilhamento, a interoperabilidade, a transparência e a compreensão dos dados.

Nível 2: A importância da gestão de metadados é reconhecida e iniciaram-se esforços pontuais para documentar metadados técnicos, negociais e operacionais. No entanto, essas iniciativas são isoladas, sem padronização ou governança estabelecida.

Nível 3: Práticas iniciais e padronizadas são adotadas na gestão de metadados em alguns domínios de dados. No entanto, a documentação ainda não é abrangente, e a integração entre metadados técnicos, negociais e operacionais é limitada.

Nível 4: Um processo formal de gestão de metadados é mantido, garantindo documentação estruturada e padronizada de metadados técnicos, negociais e operacionais. Existe governança estabelecida para sua atualização, qualidade e segurança, com processos definidos para manutenção e evolução.

Nível 5: A gestão de metadados como prática estratégica está consolidada, integrada aos processos organizacionais e amplamente utilizada para fortalecer a governança e a qualidade dos dados. Os metadados técnicos, negociais e operacionais são continuamente revisados e atualizados, garantindo rastreabilidade, encontrabilidade, compartilhamento, interoperabilidade, transparência e maior confiabilidade no uso dos dados.

### D12. 3.1.1.4.1 TEMA: Implementação da Política de Dados Abertos

**Assertiva: A política de dados abertos da instituição está implementada com processos definidos para seleção, publicação e manutenção dos conjuntos de dados.**

Nível 1: Não existe cultura de dados abertos implementada. As ações são reativas, disponibilizando-se dados apenas em resposta a pedidos de acesso à informação. Inexiste Plano de Dados Abertos (PDA) vigente tampouco implementação de processos ou fluxos estruturados para o planejamento e a execução da abertura de dados.

Nível 2: Existe um Plano de Dados Abertos (PDA) vigente, mas não se realiza a gestão dos dados abertos de forma centralizada, com um responsável específico para liderar sua execução. Os dados compartilhados ainda são limitados em escopo e volume e disponibilizados em formatos simples, como planilhas ou arquivos CSV, sem um esforço contínuo para aumentar sua quantidade ou qualidade. A reutilização dos dados está em um estágio inicial, com poucos incentivos ou mecanismos para fomentar a criação de novos produtos a partir dos dados abertos.

Nível 3: A abertura de dados é realizada com objetivos claros de gerar valor, fomentar a inovação e promover soluções que atendam a necessidades específicas da sociedade e do governo. A gestão de dados abertos é realizada de forma centralizada, com um responsável específico por sua condução. A cultura de dados abertos está se fortalecendo, com foco crescente na formação e no uso estratégico dos dados. Adicionalmente, processos regulares de atualização das bases de dados abertos já publicadas são estabelecidos.

Nível 4: A cultura de dados abertos está bem definida e estruturada, com forte compromisso da alta gestão e uma governança clara. A infraestrutura técnica e tecnológica é robusta, permitindo a automação na publicação e atualização de dados em formatos abertos e reutilizáveis. Há iniciativas pontuais para melhorar a qualidade dos dados. A instituição promove a colaboração com a sociedade, fomentando parcerias e a reutilização dos dados abertos.

Nível 5: A política de gestão de dados abertos é referência no contexto governamental. Existem uma infraestrutura tecnológica avançada e processos claros. Adicionalmente, opera em conformidade com as melhores práticas internacionais e incentiva o uso de dados abertos como um ativo para a sociedade. Possui ferramentas e processos de qualidade de dados que ajudam a auditar, validar e corrigir dados abertos constantemente. Os dados abertos estão integrados e são facilmente acessíveis por todas as partes interessadas, havendo interação constante entre publicadores e consumidores de dados. A abertura de dados visa o fomento à inovação e o desenvolvimento de tecnologias de ponta, como modelos de Inteligência Artificial (IA).

### D13. 3.1.1.4.2 TEMA: Ecossistema de Dados Abertos

**Assertiva: As contribuições para o ecossistema de dados abertos promovem um ambiente constituído por um conjunto de atores, tecnologias, processos e políticas que visam à disponibilização, acesso e reutilização de dados governamentais de forma livre e aberta para os interessados.**

Nível 1: Não existe um mapeamento dos atores envolvidos na produção e uso de dados públicos em sua área de atuação. Além disso, não existem canais eficazes para comunicação e interação com a sociedade, limitando o alcance e o impacto de seus dados.

Nível 2: Iniciativas limitadas começam a ser implementadas e isoladas de colaboração com alguns atores, mas não há uma abordagem consistente para o mapeamento de atores envolvidos e interessados na produção e uso dos dados abertos disponibilizados. Além disso, os dados abertos compartilhados ainda são limitados em escopo, volume e qualidade, dificultando iniciativas de reutilização.

Nível 3: Os atores que compõem o ecossistema estão mapeados, os processos estruturados foram definidos, e os canais de comunicação e interação entre publicadores e consumidores de dados abertos estão estabelecidos. Ferramentas tecnológicas permitem que os dados abertos sejam disponibilizados de forma acessível e organizada e a instituição estabelece diretrizes e processos que incentivam a publicação de dados abertos de forma mais consistente e ampla.

Nível 4: Práticas de dados abertos são adotadas como parte da estratégia de atuação e possui uma rede robusta e atuante de atores integrantes no ecossistema. As iniciativas de dados abertos são apoiadas e integradas. O uso de tecnologias bem estruturadas acontece de forma rotineira e processos relacionados ao ciclo de vida dos dados são definidos e implementados de forma regular. Há estímulo para o reuso dos dados abertos de forma livre para todos os interessados.

Nível 5: A participação integrada e ativa de diferentes atores é uma prática contínua que ajuda a promover um ecossistema maduro, onde a colaboração é contínua e sustentada. A tecnologia suporta inovações e existe uma infraestrutura sólida para garantir escalabilidade e flexibilidade dos dados. O processo de abertura e utilização de dados é altamente eficiente e automatizado, com mecanismos avançados de curadoria e qualidade. O acesso a sociedade é garantido, não só aos dados, mas também aos resultados que esses dados geram.



#### **D14. 3.1.1.5.1 TEMA: Gerenciamento de Dados Mestres e Dados de Referência**

**Assertiva: Os processos para gerenciar dados mestres e dados de referência estão definidos, garantindo padronização e integridade nas bases utilizadas.**

Nível 1: Não existe um repositório centralizado ou processos formais para a gestão de dados mestres e de referência.

Nível 2: A importância de dados mestres e de referência começa a ser reconhecida, e iniciativas estruturadas estão sendo implementadas para sua identificação e mapeamento.

Nível 3: Os processos formais de gestão de dados mestres e de referência estão disponíveis e estabelecidos.

Nível 4: Existe integração e gerenciamento de dados mestres e de referência de maneira centralizada, com foco na interoperabilidade entre sistemas internos e entre instituições, permitindo, inclusive, o desenvolvimento de Registros de Referência (RR), que deverão ser utilizados por todo o Ecossistema de Dados do Poder Executivo Federal.

Nível 5: Dados mestres e de referência são ativos estratégicos, suportando inovação, decisões baseadas em dados e políticas públicas de alto impacto para a instituição e para todo Ecossistema de dados do Poder Executivo Federal.

#### **D15. 3.1.1.5.2 TEMA: Ciclo de Vida dos Dados**

**Assertiva: Os dados da instituição seguem um ciclo de vida estruturado, com práticas de coleta, armazenamento, uso e descarte bem definidas.**

Nível 1: Não existem diretrizes, tecnologias e processos para gerenciar dados em todas as etapas do ciclo de vida, a saber: coleta, armazenamento, compartilhamento, descarte, segurança e privacidade. A coleta de dados é realizada de maneira inconsistente, sem tecnologias adequadas. O armazenamento é feito de forma desorganizada, dificultando a recuperação e o compartilhamento. Não há processos claros para a manipulação e o uso dos dados, e a decisão de arquivamento e descarte é feita de forma ad hoc, sem diretrizes definidas.

Nível 2: A importância de gerenciar as etapas de ciclo de vida dos dados é reconhecida, mas só é feita apenas quando provocado por agente externo. Estão estabelecidos processos básicos de coleta, armazenamento e compartilhamento de dados. Está implementado um sistema de armazenamento centralizado, como um banco de dados. No entanto, ainda existem lacunas em termos de padronização e documentação adequada dos processos.

Nível 3: Diretrizes, políticas, orientações, tecnologias e processos estão implementados para gerenciar todas as etapas de ciclo de vida dos dados. Os dados coletados são armazenados em repositórios apropriados, como bancos de dados, Data Warehouse (DW) ou outras soluções equivalentes. A arquitetura de armazenamento garante compartilhamento, segurança e privacidade dos dados.

Nível 4: Todas as etapas do ciclo de vida dos dados são gerenciadas com diretrizes, políticas, tecnologias e processos bem definidos. Há uso sistemático de métricas e avaliações regulares da qualidade dos dados. A arquitetura garante segurança, privacidade e interoperabilidade.

Nível 5: A gestão eficiente dos dados gera impactos visíveis na sociedade, como melhores serviços públicos, maior transparência e confiança cidadã.

#### **D16. 3.1.1.5.3 TEMA: Dados não Estruturados**

**Assertiva: Boas práticas e ferramentas são adotadas para coleta, armazenamento e análise de dados não estruturados, garantindo seu aproveitamento estratégico.**

Nível 1: Não existem habilidades para análise de dados não-estruturados.

Nível 2: Existem habilidades limitadas, voltadas apenas para tipos específicos e previamente definidos de dados não estruturados.

Nível 3: Começam a surgir iniciativas e pesquisas voltadas ao desenvolvimento de novas habilidades para análise de dados não estruturados, conforme demandas pontuais.

Nível 4: Há capacidade consolidada para analisar uma ampla variedade de dados não estruturados, com incentivo à colaboração e parcerias para ampliar seu uso.

Nível 5: A análise de dados não estruturados é realizada com alta competência, utilizando técnicas avançadas e dados diversos, internos e externos. Há busca contínua por inovação analítica e articulação com outros atores para gerar valor público e insights estratégicos.



### D17. 3.1.1.5.4 TEMA: Gerenciamento de Dados Geoespaciais

**Assertiva: A captura, armazenamento e utilização dos dados geoespaciais é feita de forma estruturada, permitindo sua integração e análise para tomada de decisão, combinando atributos espaciais e não espaciais.**

Nível 1: Não existe processo estruturado para captura, armazenamento e utilização dos dados geoespaciais. Os dados geoespaciais gerados são mantidos por silos informacionais e sua utilização é restrita ao órgão de origem e baixo nível de compartilhamento entre instituições. A utilização da tecnologia é restrita a usuários especializados e pouco difundida. Não há continuidade de investimento na evolução tecnológica e capacitação de pessoal.

Nível 2: Os dados geoespaciais gerados são mantidos em silos informacionais, contudo já existem iniciativas voltadas à sua integração, compartilhamento e disseminação por meio da INDE, em conformidade com os padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Geoinformação (CONGEO). A difusão do uso da tecnologia junto a usuários não-especialistas é feita de forma esparsa.

Nível 3: Dados geoespaciais são compartilhados por meio de metadados na INDE e em conformidade com os padrões e normas homologados pela Comissão Nacional de Geoinformação (CONGEO), promovendo a transparência e eliminando a duplicidade de esforços e recursos, ao permitir que o acesso público aos dados geoespaciais sejam amplamente utilizados e aproveitados por diferentes usuários e instituições. Há treinamentos periódicos para utilização da tecnologia por usuários não-especializados. A plataforma de SIG é reconhecida como um ativo importante para a instituição.

Nível 4: A plataforma corporativa de SIG é referência para outros atores nos aspectos de governança de dados geoespaciais e tecnologia utilizada, integrada com a INDE e em conformidade com as normas homologadas pela CONGEO, constituindo um recurso essencial para viabilizar visão multicamadas de políticas públicas multisetoriais planejadas ou implementadas por sua localização geográfica. O planejamento estratégico prevê investimento para sua evolução tecnológica e recursos para a capacitação de pessoal no uso da tecnologia.

Nível 5: APIs são usadas para consumir e distribuir dados geoespaciais por meio do programa de interoperabilidade do governo federal Conecta gov.br.

### D18. 3.1.1.5.4.1 SUBTEMA: Governança de Dados Geoespaciais

Nível 1: Não há estrutura formal de governança de dados geoespacial.

Nível 2: Há conhecimento das diretrizes CONGEO e a implantação de iniciativas isoladas, mas sem papéis definidos.

Nível 3: Estrutura em desenvolvimento, com papéis parcialmente definidos.

Nível 4: Estrutura formalizada com papéis e responsabilidades claras.

Nível 5: Governança consolidada, com cultura institucional e monitoramento contínuo, de acordo com as diretrizes do CONGEO.

### D19. 3.1.1.5.4.2 SUBTEMA: Qualidade dos Dados Geoespaciais (precisão espacial e temporal; consistência topológica; mecanismos de validação)

Nível 1: Dados imprecisos, desatualizados e sem validação.

Nível 2: Iniciativas pontuais de correção e padronização.

Nível 3: Processos formais de verificação e melhoria em algumas áreas.

Nível 4: Qualidade monitorada com processos robustos e padronizados.

Nível 5: Validação automatizada, com métricas e integração à estratégia institucional.

### D20. 3.1.1.5.4.3 SUBTEMA: Metadados Geoespaciais

Nível 1: Metadados inexistentes ou informais.

Nível 2: Alguns metadados são preenchidos manualmente com base em iniciativas locais.

Nível 3: Processo formal de gestão de metadados em desenvolvimento e início da catalogação na INDE.

Nível 4: Plataforma de metadados com controle de qualidade e acesso facilitado, via INDE.

Nível 5: Metadados integrados com IA, glossário de termos, tudo disponibilizado automaticamente na INDE.



**D21. 3.1.1.5.4.4 SUBTEMA: Gerenciamento da Solução Geoespacial (plataformas, ferramentas e tipos de dados)**

- Nível 1: Não são produzidos dados geoespaciais próprios, não há SIG ou uso é pontual e isolado.
- Nível 2: Produção geoespacial com pouca diversidade ou atualização. Uso de SIG padrão de mercado (ArcGis, QGis), com uso restrito e sem integração com sistemas próprios ou de terceiros.
- Nível 3: Uso de plataforma institucional, com início do uso de dados geoespaciais em tempo real (imagens de satélite e dados de sensores), iniciativas de integração.
- Nível 4: Plataforma SIG integrada, interoperável e com acesso gerenciado, e uso regular e integrado de múltiplos tipos de dados (vetoriais, matriciais, sensores, modelagens), incluindo dados tridimensionais e temporais.
- Nível 5: Ecossistema geoespacial diversificado, em nuvem, com uso de dados complexos e em tempo real, para análise preditiva, machine learning e IA.

**D22. 3.1.1.5.4.5 SUBTEMA: Interoperabilidade de Informação Geoespacial**

- Nível 1: Dados isolados, sem integração ou catalogação, ausência de padrões de interoperabilidade.
- Nível 2: Início da catalogação manual e integração limitada.
- Nível 3: Uso de padrões de interoperabilidade (ex: WMS, WFS) e início da catalogação na INDE.
- Nível 4: Catálogo robusto compartilhado na INDE, catálogo metadados CGU, com metadados padronizados e interoperabilidade, uso de APIs e padrões OGC.
- Nível 5: Integração plena com sistemas internos e externos.

**D23. 3.1.1.5.4.6 SUBTEMA: Cultura e Letramento em Dados Geoespaciais**

- Nível 1: A organização não possui programas de capacitação ou ações que promovam o valor da informação geoespacial. O conhecimento sobre dados espaciais é restrito a poucos especialistas, sem apoio institucional.
- Nível 2: Existem iniciativas isoladas de capacitação ou divulgação sobre dados geoespaciais, geralmente conduzidas por áreas técnicas. A alta gestão reconhece o tema, mas sem ações estruturadas ou recorrentes.
- Nível 3: Programas de capacitação começam a ser estruturados com envolvimento de múltiplas áreas. A organização participa de eventos como hackathons, oficinas e começa a fomentar inovação com dados espaciais.
- Nível 4: A organização possui programas regulares de formação, hubs de dados abertos e ações de incentivo à inovação com dados geoespaciais. A alta gestão apoia e promove o uso estratégico dos dados em toda a instituição.
- Nível 5: A cultura de dados geoespaciais está institucionalizada. Fomentar o conhecimento em áreas como geografia, geociência e geodésia, parcerias com universidades, e programas contínuos de letramento, inovação e empreendedorismo. A organização é referência nacional em capacitação e uso inovador de dados geoespaciais.

**D24. 3.1.1.6.1 TEMA: Infraestrutura e Ferramentas para Análise de Dados**

**Assertiva: A Infraestrutura e as ferramentas são adequadas para análise eficiente de dados em larga escala.**

- Nível 1: Não há infraestrutura tecnológica nem ferramentas implementadas para análise de dados.
- Nível 2: Existem iniciativas pontuais de estruturação da infraestrutura de dados, mas de forma fragmentada e sem padronização. Ferramentas disponíveis são subutilizadas.
- Nível 3: Há uma infraestrutura tecnológica minimamente estabelecida, com bancos de dados centralizados e uso de ferramentas analíticas mais robustas em contextos específicos.
- Nível 4: A infraestrutura tecnológica é consolidada, com pipelines de dados automatizados e uso consistente de ferramentas analíticas bem integradas aos processos.
- Nível 5: A infraestrutura é altamente escalável e automatizada, com uso de tecnologias como Big Data, computação em nuvem e Inteligência Artificial para análises avançadas. Plataformas de análise self-service estão disponíveis, permitindo que diferentes usuários explorem dados de forma autônoma.



### D25. 3.1.1.6.2 TEMA: Relevância e Suficiência dos Dados

**Assertiva: Os dados coletados são relevantes e suficientes para embasar as análises e tomadas de decisão necessárias à gestão institucional.**

Nível 1: Os dados disponíveis são insuficientes em quantidade, qualidade e representatividade. A falta de coleta sistemática de dados impede a resolução de problemas e o entendimento dos serviços ou produtos oferecidos.

Nível 2: Há iniciativas de esforços para garantir que os dados coletados sejam pertinentes aos objetivos da análise. No entanto, os dados ainda são insuficientes, necessitando de melhorias na quantidade e representatividade dos dados coletados. Processos de governança incipientes ou inexistentes.

Nível 3: Os processos de gestão de dados são formalizados e documentados. Existem políticas e procedimentos claros para a coleta, armazenamento e uso de dados. Monitoramento inicial da completude, consistência e acurácia dos dados.

Nível 4: Há processos formalizados e aplicados para garantir a relevância, suficiência e representatividade dos dados utilizados nas análises. Os dados atendem às necessidades analíticas e operacionais, com mecanismos contínuos de aprimoramento para preencher lacunas identificadas.

Nível 5: Os dados relevantes sobre os assuntos de interesse são coletados, alinhados aos objetivos estratégicos. Os dados são atualizados periodicamente conforme as necessidades do negócio. Esses dados são suficientes para resolver problemas. Existe uma estrutura organizacional robusta, responsável por operacionalizar a coleta de dados necessária para a instituição. Os dados são suficientes e representativos, permitindo insights e decisões confiáveis e generalizáveis.

### D26. 3.1.1.6.3 TEMA: Desenvolvimento da Capacidade Analítica

**Assertiva: A instituição promove ações de capacitação para fortalecer a capacidade analítica dos servidores no uso de dados.**

Nível 1: Não existem habilidades analíticas e nenhuma capacitação ou treinamento em análise de dados foi realizado.

Nível 2: Há conhecimento básico em estatística descritiva e gráficos, mas com aplicação limitada. O interesse em capacitação é crescente, porém sem estrutura formal. A dependência de especialistas para análises ainda é alta, impactando a autonomia. Busca-se evoluir para interpretação independente e domínio prático dos dados.

Nível 3: As equipes começam a desenvolver habilidades analíticas, incluindo estatística básica. Treinamentos internos começam a ser oferecidos, mas a expertise ainda é limitada.

Nível 4: As equipes são suficientes para desenvolver os projetos da organização. Profissionais dominam técnicas avançadas de análise, como estatística inferencial, modelagem preditiva e aprendizado de máquina, além de elaboração e interpretação de relatórios e painéis. Há treinamento constante para atualização de capacidades.

Nível 5: Há um planejamento estruturado, constante e previsível para o aumento das capacidades da equipe. Existe orçamento destacado para a execução do plano e aumento da capacidade dos colaboradores.

### D27. 3.1.1.6.4 TEMA: Tomada de Decisão Baseada em Dados

**Assertiva: As decisões estratégicas e operacionais são fundamentadas em dados e em informações confiáveis, relevantes e alinhadas aos objetivos estratégicos organizacionais, garantindo maior assertividade e transparência.**

Nível 1: As decisões são tomadas baseadas apenas em experiência, sem uso de dados. Nenhuma ferramenta de BI (Business Intelligence) ou análise avançada é utilizada.

Nível 2: Os primeiros esforços para utilizar dados na tomada de decisão, mas de forma limitada e reativa. Algumas ferramentas de BI começam a ser exploradas com uso de dashboards e automação de relatórios, mas ainda em fase inicial.

Nível 3: Decisões começam a ser frequentemente baseadas em dados, com o uso de BI e análises descritivas. Indicadores e métricas bem definidos e monitorados regularmente.

Nível 4: Há um processo robusto e maduro de análise de dados, garantindo o alinhamento com a estratégia institucional, com iniciativas pontuais de uso de dados para personalizar a prestação de serviços aos cidadãos.

Nível 5: Há uma cultura de dados proativa na identificação de oportunidades para otimizar processos e gerar valor a partir dos dados. Há amplo uso de dados para personalizar a prestação de serviços aos cidadãos. Decisões são totalmente orientadas por dados, reduzindo influência de fatores subjetivos. BI e Inteligência Analítica totalmente integrados ao negócio, suportando decisões estratégicas e operacionais em tempo real.



### D28. 3.1.1.7.1 TEMA: Padrões e Normas para Interoperabilidade

**Assertiva: Normas, diretrizes e padrões são adotados para garantir a consistência e a compatibilidade dos dados compartilhados entre diferentes sistemas, aplicativos e plataformas.**

- Nível 1: Não há adoção de padrões ou normas para a interoperabilidade de dados, tampouco daquelas instituídas pela IND, tais como registros de referência.
- Nível 2: Há adoção pontual de abordagem padronizada ou diretrizes institucionais de interoperabilidade de dados. A adoção de registros de referência estão em fase de implementação e isso limita a consistência e a compatibilidade dos dados compartilhados.
- Nível 3: Há o reconhecimento da importância da interoperabilidade dos ativos de dados e iniciou-se a definição de diretrizes para padronizar esse processo. Há inventário de metadados estruturado ou adesão ao Catálogo Nacional de Metadados, há adoção parcial de registros de referência.
- Nível 4: Há política de atualização periódica dos ativos de dados, o que assegura sua consistência e compatibilidade dos dados compartilhados. Há mecanismo de feedback implementado que permite que os consumidores de dados registrem necessidades de correção de erros e melhorias. São disponibilizadas análises sobre o uso dos conjuntos de dados disponibilizados, e há métricas de uso, como número de acessos, para identificar os dados que possuem maior valor.
- Nível 5: Há campanhas patrocinadas pela alta gestão de conscientização e engajamento do público incentivando a adoção de normas e diretrizes que ampliem continuamente a consistência e a compatibilidade dos dados e, portanto, sua geração de valor para a gestão pública multidisciplinar bem como para ampliar a transparência ativa.

### D29. 3.1.1.7.2 TEMA: Integração de Sistemas

**Assertiva: Os sistemas heterogêneos da instituição estão integrados, permitindo a troca eficiente de informações entre diferentes plataformas, o que pode envolver a criação de mecanismos de interoperabilidade e canais de comunicação que permitam a troca de informações entre os sistemas de maneira padronizada e compatível.**

- Nível 1: Não há integração de dados entre sistemas distintos.
- Nível 2: A troca de dados entre sistemas, quando ocorre, se dá de forma limitada e pouco estruturada. Não são considerados os registros de referência definidos pela Infraestrutura Nacional de Dados.
- Nível 3: Há diretrizes e padrões estabelecidos para a interoperabilidade de dados da Instituição em compatibilidade com a Infraestrutura Nacional de Dados (IND), por exemplo registros de referência, conecta gov.br e o Catálogo Nacional de Metadados.
- Nível 4: Adoção de arquitetura de integração atualizada regularmente para atender às necessidades de interoperabilidade de sistemas em constante evolução. Essas evoluções são devidamente monitoradas por meio de processos de gerenciamento de mudanças.
- Nível 5: Há adoção de práticas avançadas para aprimorar a eficiência, confiabilidade, segurança e a rastreabilidade das integrações, as quais são gerenciadas em nível estratégico.

### D30. 3.1.1.7.3 TEMA: Monitoramento e Avaliação da Interoperabilidade

**Assertiva: O monitoramento contínuo da interoperabilidade dos sistemas que permite identificar eventuais problemas ou gargalos são realizados, permitindo ações corretivas e melhorias do monitoramento da coleta, análise e interpretação de dados relacionado garantindo desempenho e confiabilidade.**

- Nível 1: Não existe uma estratégia clara de monitoramento e avaliação, e as práticas são reativas e pontuais. Não há uma coleta consistente de dados e indicadores de desempenho relacionados à interoperabilidade, e as informações disponíveis podem ser limitadas e fragmentadas.
- Nível 2: Há iniciativas de monitoramento e a avaliação da interoperabilidade com objetivos claros e indicadores de desempenho definidos para medir a eficácia e a eficiência da interoperabilidade, para os quais há processos para coleta de dados relacionados à interoperabilidade, que são documentados e armazenados de forma estruturada.
- Nível 3: Há um programa de implementação do monitoramento integrado de avaliação da interoperabilidade dos sistemas que compõem o conjunto de dados, com processos contínuos de coleta e análise dados e geração de relatórios por meio de ferramentas. Há metas de desempenho estabelecidas, comparando os resultados atuais com as expectativas e os requisitos preestabelecidos.
- Nível 4: Há programa implementado de monitoramento da interoperabilidade. Processos de monitoramento em tempo real são implementados, utilizando tecnologias avançadas como análise dos dados em tempo real e painéis de controle interativos. A análise proativa dos dados permite identificar possíveis problemas antes que se tornem críticos. As boas práticas são compartilhadas entre as áreas de atuação, promovendo uma abordagem consistente e baseada em evidências.
- Nível 5: Programa otimizado de monitoramento da interoperabilidade é monitorado estrategicamente. São utilizadas tecnologias e abordagens inovadoras como: automação de processos, análise preditiva e modelagem de simulação, para promover melhor alcance no monitoramento e avaliação.



### D31. 3.1.1.7.4 TEMA: Compartilhamento de Dados com Atores Externos

**Assertiva: O compartilhamento de dados com atores externos à instituição ocorre de forma eficiente, segura e em conformidade com regulamentações.**

Nível 1: Não há compartilhamento de dados com atores externos, tampouco existem diretrizes claras para a troca de dados e informações custodiadas pela organização.

Nível 2: O estabelecimento e definição de políticas básicas para compartilhamento de dados com atores externos está iniciado, considerando requisitos de segurança, privacidade e conformidade.

Nível 3: Há um programa estruturado para compartilhamento de dados com atores externos constituído de processos formais implementados e os processos são revisados e atualizados periodicamente.

Nível 4: Há um programa otimizado e eficaz para compartilhamento de dados com atores externos. Processos de governança abrangentes são implementados, incluindo a definição de diretrizes de segurança, privacidade e conformidade. Os processos são aplicados de forma consistente e há monitoramento e controle rigorosos para garantir a conformidade contínua.

Nível 5: Há um reconhecimento como referência na definição e implementação de compartilhamento de dados com atores externos, colaborando ativamente com redes intergovernamentais, comunidades de prática e especialistas para promover melhorias contínuas nessa área. Além disso, busca-se envolver a sociedade civil e setor privado no processo de definição das políticas, promovendo a participação e a transparência, a confiança e a conformidade com as regulamentações aplicáveis.

### D32. 3.1.1.8.1 TEMA: Ética no Tratamento de Dados

**Assertiva: Princípios éticos sólidos no tratamento de dados são adotados, garantindo imparcialidade, equidade e transparência. São implementadas políticas robustas para a identificação e mitigação de vieses, auditorias regulares e treinamentos contínuos, assegurando que as decisões baseadas em dados sejam justas e responsáveis.**

Nível 1: Não são considerados os impactos éticos do tratamento de dados. Não há reconhecimento dos riscos associados a vies, discriminação ou uso inadequado dos dados. Equipes que lidam com dados não recebem treinamento sobre ética.

Nível 2: A importância da ética no tratamento de dados é reconhecida, assim como o risco de vies, mas ainda não possui um framework ou políticas específicas para lidar com essas questões. O conhecimento sobre riscos éticos ainda é limitado e não há diretrizes formais para mitigação.

Nível 3: Diretrizes básicas para ética no tratamento de dados estão implementadas, incluindo medidas iniciais para identificação e mitigação de vies. Equipes começam a receber treinamento sobre ética de dados, e há discussões sobre a necessidade de mecanismos de responsabilização e auditoria.

Nível 4: Há um framework estruturado para ética no tratamento de dados, incluindo métricas e processos para avaliar vies e garantir equidade. Auditorias regulares são realizadas, e há um canal formal para contestação de decisões automatizadas. As equipes são capacitadas continuamente sobre ética e imparcialidade.

Nível 5: Há uma cultura de ética de tratamento de dados e mitigação de tratamento de dados enviesados incorporada em todos os aspectos de suas operações, adotam tecnologias avançadas, como inteligência artificial e aprendizagem de máquina, para ajudar na detecção e de cenários enviesados. Há um comitê de ética de dados ativo, composto por especialistas internos e externos, garantindo transparência e responsabilização na tomada de decisão. A diversidade nas equipes é promovida para minimizar preconceitos nos processos de análise de dados.

### D33. 3.1.1.9.1 TEMA: Gestão de Qualidade de Dados

**Assertiva: Há adoção de uma abordagem governada para planejar, implementar e controlar atividades que garantam que os dados sejam coletados, gerenciados e utilizados de forma adequada ao seu propósito, assegurando a identificação, correção e prevenção de inconsistências e desvios de qualidade ao longo de todo o ciclo de vida dos dados.**

Nível 1: Não há processos estruturados para gestão da qualidade de dados. Problemas de qualidade só são identificados quando afetam processos ou análises, sendo corrigidos de forma pontual e sem padronização.

Nível 2: Algumas áreas começam a adotar práticas básicas de gestão da qualidade, mas de forma isolada, sem integração com as demais iniciativas institucionais e sem uma abordagem governada.

Nível 3: São definidos padrões, requisitos e especificações iniciais para controles de qualidade, e a organização começa a implementar processos para medir, monitorar e relatar os níveis de qualidade dos dados, focando nos dados críticos.

Nível 4: A gestão da qualidade de dados está formalizada, com processos padronizados e governados que asseguram a adequação ao uso (fit for purpose) dos dados, garantindo a confiabilidade, integridade e conformidade ao longo de todo o ciclo de vida dos dados.

Nível 5: A gestão da qualidade de dados é uma prática consolidada e continuamente aprimorada, com processos automatizados de validação e controle, sustentados por uma governança ativa. A organização promove a melhoria contínua da qualidade dos dados, identificando oportunidades de aperfeiçoamento em processos e sistemas, garantindo dados confiáveis e alinhados aos requisitos dos consumidores de dados, tanto internos quanto externos.



### D34. 3.1.1.9.2 TEMA: Cultura de Qualidade de Dados

**Assertiva: Há promoção e estabelecimento de uma mentalidade orientada ao aumento da qualidade dos dados coletados, gerenciados e utilizados pela organização, fomentando uma mudança cultural para que os colaboradores compreendam seu papel e atuem ativamente na manutenção e aprimoramento da confiabilidade dos dados.**

Nível 1: Não há iniciativas estruturadas para conscientização ou promoção de uma cultura de qualidade de dados, e o tema não é abordado de forma ampla entre as equipes, levando a práticas inconsistentes e isoladas.

Nível 2: Algumas ações pontuais de conscientização sobre qualidade de dados começam a ser implementadas, mas sem um processo contínuo, engajamento efetivo das equipes ou integração com os objetivos organizacionais, o que limita o impacto na cultura organizacional.

Nível 3: Os processos estruturados de treinamento e sensibilização sobre a importância da qualidade de dados são implementados, promovendo maior engajamento e desenvolvendo competências essenciais entre os colaboradores, estabelecendo as bases para uma mudança cultural positiva.

Nível 4: A cultura de qualidade de dados está consolidada, com capacitações contínuas, incentivos ao uso de boas práticas e integração do tema nos processos institucionais, garantindo que a qualidade de dados seja um valor compartilhado em toda a organização e refletido nas práticas diárias.

Nível 5: A cultura de qualidade de dados é um pilar organizacional, com práticas consolidadas e participação ativa dos colaboradores na identificação de melhorias, prevenção de problemas e manutenção proativa da qualidade dos dados, promovendo um ambiente de aprendizado e melhoria contínua.

### D35. 3.1.1.9.3 TEMA: Medição e Controle da Qualidade de Dados

**Assertiva: Há aferição e monitoramento contínuos sobre a qualidade dos dados coletados, gerenciados e utilizados, utilizando métricas, indicadores e técnicas diversas, como perfilamento de dados e monitoramento de tendências, assegurando a confiabilidade, integridade e adequação ao uso.**

Nível 1: Não há métricas ou indicadores formais para medir a qualidade dos dados. A organização não realiza monitoramento sistemático, nem aplica técnicas de avaliação de qualidade.

Nível 2: Algumas métricas começam a ser aplicadas, mas sem padronização ou integração com processos institucionais. O monitoramento é esporádico, com o uso de técnicas isoladas, sem uma abordagem estruturada e contínua.

Nível 3: Métricas iniciais para qualidade de dados são estabelecidas, o monitorar dados críticos é iniciado e já se aplica técnicas como perfilamento de dados, análise de tendências e monitoramento de incidentes de qualidade, permitindo identificar padrões, violação de requisitos e tendências ao longo do tempo.

Nível 4: O monitoramento da qualidade de dados é estruturado e contínuo, utilizando métricas, indicadores e uma variedade de técnicas, como perfilamento de dados e análise de tendências, assegurando a detecção proativa de desvios.

Nível 5: A medição da qualidade de dados é contínua, automatizada e totalmente integrada às operações institucionais. Adotam-se técnicas avançadas, como detecção de anomalias e análise preditiva, para antecipar problemas, identificar padrões incomuns e avaliar o impacto de mudanças em processos de negócios. Além disso, mantém-se uma gestão ativa e estratégica das métricas de qualidade, monitorando tempo de resolução de problemas, impacto e severidade dos incidentes.

### D36. 3.1.1.10.1 TEMA: Estratégia de Inteligência Artificial

**Assertiva: Há adoção de uma estratégia estruturada para o uso da Inteligência Artificial, garantindo que sua aplicação esteja alinhada aos objetivos institucionais, com governança clara, infraestrutura adequada e monitoramento contínuo. A IA é integrada aos processos centrais da organização, sendo utilizada de forma ética, transparente e orientada para a inovação e a melhoria dos serviços públicos.**

Nível 1: Não há iniciativas estruturadas para o uso de Inteligência Artificial. As ações, quando existem, são pontuais e conduzidas por áreas técnicas sem uma visão estratégica. Não há diretrizes, políticas ou preocupação com governança, impactos éticos ou segurança.

Nível 2: A exploração do uso de IA de forma mais estruturada está sendo iniciada. Apesar da ausência de uma estratégia formal, os primeiros passos são dados, como a identificação de casos de uso promissores, a designação de um líder ou equipe para coordenar esforços e a consideração inicial de privacidade e segurança, ainda sem políticas definidas. Projetos experimentais podem estar sendo desenvolvidos, mas sem alinhamento estratégico claro.

Nível 3: Bases para a governança da IA estão integradas à estratégia de governança de dados. São desenvolvidos planos para incorporar IA em processos-chave e serviços públicos, além do início da construção de uma infraestrutura adequada. Prototipagem de soluções e projetos piloto começam a ser realizados, com envolvimento gradual de diferentes áreas institucionais.

Nível 4: Há sistemas baseados em IA validados e em funcionamento, com expansão para diferentes áreas. Há um esforço contínuo para aprimorar a governança de IA garantindo eficiência, transparência e mitigação de riscos. Adoção de equipes multidisciplinares especializadas, monitoramento e avaliação sistemática dos impactos das soluções implementadas fazem parte desse estágio.

Nível 5: A IA está consolidada como um elemento estratégico de sua operação e tomada de decisão. A governança de IA está completamente integrada à governança de dados, permitindo uma abordagem madura e inovadora. A IA é aplicada de forma ampla, em serviços públicos e processos internos, garantindo eficiência, ética e alinhamento aos objetivos institucionais. Há uma cultura organizacional voltada para inovação contínua, aprendizado e colaboração com especialistas externos.





- b. Melhoria na velocidade de atendimento dos serviços públicos
- c. Desenvolvimento de novos serviços públicos
- d. Personalização de serviços públicos
- e. Redesenho ou transformação substancial de um serviço público
- f. Melhoria de processos internos
- g. Outros

g. Outros

**D40. 3.1.2.4. Quais destas medidas foram tomadas para tratar ou mitigar riscos sobre ética em IA? (Selecione todas as opções aplicáveis)**

- a. Estabeleceu um comitê ou conselho de ética em IA
- b. Desenvolveu e implementou diretrizes ou políticas de ética em IA
- c. Realizou auditorias ou avaliações de ética em IA
- d. Forneceu treinamento em ética de IA para colaboradores envolvidos no desenvolvimento e implantação de IA
- e. Implementou medidas para garantir comportamento ético da IA (por exemplo, parâmetros de equidade, ferramentas de detecção de viés)
- f. Contratou especialistas ou consultores externos em ética de IA
- g. Incorporou considerações éticas no ciclo de vida do desenvolvimento de IA
- h. Estabeleceu um canal para coletar preocupações ou incidentes éticos relacionados à IA
- i. Construiu um processo para revisão humana ou recurso de decisões tomadas ou apoiadas por sistemas de IA que afetam o cidadão.
- j. Realizou avaliações de impacto algorítmico ou de impacto em direitos fundamentais.
- k. Outras

k. Outras

**D41. 3.1.2.5. Quais das seguintes categorias de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) são atualmente utilizadas (implantadas) ou estão em fase de implementação (projeto piloto) no seu órgão público? (Selecione todas as opções aplicáveis)**

- a. Chatbots ou assistentes virtuais para atendimento ao cidadão



- b. Disponibilizar um chatbot de LLM de propósito geral aos seus servidores.
- c. Sistemas de reconhecimento de imagem ou vídeo (ex: biometria, reconhecimento facial, detecção de objetos)
- d. Processamento de Linguagem Natural (NLP) para análise de documentos ou textos, ou Retrieval-Augmented Generation (RAG).
- e. Sistemas de previsão e análise preditiva (ex: previsão de demanda de serviços, análise de tendências)
- f. Ferramentas de automação de processos (ex.: RPA)
- g. Sistemas de recomendação (ex: para serviços públicos ou informações relevantes)
- h. Algoritmos de detecção de fraudes ou anomalias
- i. Ferramentas de IA para tomada de decisão ou suporte à decisão
- j. Sistemas de IA para otimização de recursos ou logística
- k. Sistemas de IA para monitoramento e manutenção preditiva de infraestrutura
- l. Agentes de IA
- m. Outros

m. Outros

**D42. 3.2.1.6. Quais das seguintes categorias de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) seu órgão pretende aplicar ou utilizar no curto prazo (1 a 2 anos)? (Selecione todas as opções aplicáveis)**

- a. Chatbots ou assistentes virtuais para atendimento ao cidadão
- b. Disponibilizar um chatbot de LLM de propósito geral aos seus servidores.
- c. Sistemas de reconhecimento de imagem ou vídeo (ex: biometria, reconhecimento facial, detecção de objetos)
- d. Processamento de Linguagem Natural (NLP) para análise de documentos ou textos, ou Retrieval-Augmented Generation (RAG).
- e. Sistemas de previsão e análise preditiva (ex: previsão de demanda de serviços, análise de tendências)
- f. Ferramentas de automação de processos (ex.: RPA)
- g. Sistemas de recomendação (ex: para serviços públicos ou informações relevantes)
- h. Algoritmos de detecção de fraudes ou anomalias
- i. Ferramentas de IA para tomada de decisão ou suporte à decisão
- j. Sistemas de IA para otimização de recursos ou logística
- k. Sistemas de IA para monitoramento e manutenção preditiva de infraestrutura
- l. Agentes de IA



m. Outros



m. Outros

**D43. 3.1.2.7. Considerando as soluções de IA do seu órgão que interagem com a sociedade ou apoiam decisões que a afetam, como a supervisão humana efetiva é exercida?**

- a. Humano no comando (Human-in-the-loop): A IA apenas fornece recomendações, decisões sempre tomadas por humanos. O sistema de IA atua como um assistente, analisando dados e sugerindo ações, mas a decisão final é sempre de um agente humano, que a analisa e valida antes de qualquer impacto. A IA não age sem um comando direto.
- b. Supervisão humana (Human-on-the-loop): A IA toma decisões em tempo real, mas sempre sob monitoramento humano com possibilidade de intervenção. O sistema de IA tem autonomia para tomar decisões, mas opera sob o monitoramento ativo de um humano que pode intervir e reverter a ação a qualquer momento, caso detecte um erro ou problema. Um bom exemplo aqui são os carros autônomos.
- c. Humano como revisor (Human-over-the-loop): A IA age de forma autônoma, com revisão posterior. O sistema de IA opera de forma autônoma na maioria das situações. A supervisão humana ocorre de forma passiva, por meio de auditorias periódicas, revisões de desempenho ou intervenção apenas em casos de exceção pré-definidos.
- d. Autonomia plena (Human-out-of-the-loop): A IA decide sem intervenção humana rotineira. O sistema de IA toma decisões com impacto sobre o cidadão de forma totalmente autônoma, sem um mecanismo direto para intervenção ou monitoramento humano em tempo real.

**D44. 3.1.2.8. Das opções abaixo, selecione as áreas atendidas por soluções de IA no seu órgão?**

- a.  Gestão de Pessoas.
- b.  Gestão financeira e orçamentária.
- c.  Compras e Contratações.
- d.  Gestão processos administrativos.
- e.  Gestão de Patrimônio.
- f.  Atendimento ao cidadão.
- g.  Jurídica.
- h.  Finalística.
- i. Outras

i. Outras

**D45. 3.1.2.9. Dentre as opções abaixo, selecione as iniciativas de capacitação em IA presentes no seu órgão. (Selecione todas as opções aplicáveis)**

- a. Mantém cadastro de servidores do órgão que estão sendo capacitados.
- b. Estimula os servidores a se engajarem em ações de capacitação.
- c. Contrata cursos in house / in company.



- d. Custeia a participação de colaboradores em cursos promovidos por instituições privadas.
- e. Incentiva a participação de seus servidores em cursos promovidos pelas escolas de governo, como a Enap.
- f. Estimula licença capacitação.
- g. Outros

g. Outros

**D46. 3.1.2.10. Para quais colaboradores foram ofertadas capacitações sobre IA? (Selecione todas as opções aplicáveis)**

- a. Servidores públicos da(s) área(s) de negócio.
- b. Servidores públicos da(s) equipe(s) de TI.
- c. Gestores da(s) área(s) de negócio.
- d. Gestores da(s) equipe(s) de TI.
- e. Alta administração (FCE-13 ou superior)
- f. Outros

f. Outros

**D47. 3.1.2.11. Quais são as principais barreiras ou desafios para se desenvolver aplicações envolvendo IA no seu órgão? (Marque as 5 mais relevantes)**

- a. Habilidades: dificuldades na contratação ou retenção de colaboradores com habilidades ou capacitação em IA.
- b. Recursos financeiros: falta de recursos para o desenvolvimento, contratação e/ou implementação de IA.
- c. Dados: falta de dados disponíveis e/ou dados de boa qualidade.
- d. Precisão: risco de resultados imprecisos ou pouco confiáveis.
- e. Segurança: risco de violações de privacidade/proteção de dados/cibersegurança.
- f. Orientação: falta de orientação para apoiar o desenvolvimento ou a implementação de IA.
- g. Confiança: falta de confiança da sociedade sobre o uso da IA pelo poder público.
- h. Infraestrutura: infraestrutura digital insuficiente para o uso de IA.



- i. Aquisição: dificuldades na aquisição e/ou governança de sistemas de IA.
- j. Oportunidade: ausência de oportunidades claras para o uso de IA.
- k. Demanda: falta de demanda por parte dos líderes seniores.
- l. Adequação à legislação de proteção de dados (LGPD)
- m. Riscos reputacionais decorrentes do uso de IA
- n. Outras

n. Outras

**D48. 3.1.2.12. Qual o principal provedor de LLM (Large Language Model) seu órgão utiliza para desenvolver ou customizar soluções com IA?**

- a. OpenAI (GPT)
- b. Anthropic (Claude)
- c. Google (Gemini)
- d. Deepseek
- e. Llama
- f. Qwen
- g. Mistral
- h. Solução nacional (Como Maritaca, AmazonIA, SoberanIA)
- i. Outro

i. Outro



**D49. 3.1.2.13. Qual o principal provedor de Chatbot de IA que seu órgão adota para auxiliar o trabalho dos seus servidores?**

- a. OpenAI (ChatGPT)
- b. Anthropic (Claude)
- c. Google (Gemini)
- d. Microsoft (Copilot)
- e. Perplexity
- f. Deepseek
- g. Llama
- h. Qwen
- i. Mistral
- j. Solução nacional (Como Maritaca, AmazonIA, SoberanIA)
- k. Outro

k. Outro

**D50. 3.1.2.14. Qual das seguintes opções melhor descreve a abordagem do seu órgão em relação à transparência das aplicações de IA?**

- a. Atualmente não utilizamos nenhuma aplicação de IA em nossas operações.
- b. Utilizamos aplicações de IA, mas não temos uma política para divulgar informações sobre elas ao público.
- c. Mantemos um inventário interno das aplicações de IA, mas essas informações não são acessíveis ao público.
- d. Publicamos uma lista das aplicações de IA em uso, incluindo informações básicas como o propósito e o departamento responsável.
- e. Mantemos um registro abrangente e publicamente acessível das aplicações de IA incluindo detalhes sobre fontes de dados, processos de tomada de decisão e potenciais impactos.
- f. Além de um registro público, nos envolvemos regularmente com os cidadãos por meio de fóruns, consultas e avaliações de impacto relacionadas às nossas aplicações de IA.

**D51. 3.1.2.15. Quem são os responsáveis pela supervisão e governança das iniciativas de IA no órgão? (Selecione todas as opções aplicáveis)**

- Um comitê ou grupo de trabalho multidisciplinar formal.
- Um Escritório de Governança de IA sendo uma estrutura organizacional perene e formal
- A alta gestão (Secretário, Diretor, etc.).
- A área de Tecnologia da Informação.
- A área de inovação ou transformação digital.



Cada área de negócio é responsável por suas próprias iniciativas.

Não há uma instância de governança definida.

Outros

Outros

**D52. 3.1.2.16. Quais são as competências em IA mais críticas ou em maior falta no seu órgão? (Marque as 3 principais)**

Ciência de Dados e Machine Learning.

Engenharia de Dados e MLOps.

Engenharia de Prompt para LLMs.

Gestão de projetos de IA.

Aspectos jurídicos e éticos de IA.

Análise de negócios para identificação de casos de uso de IA.

**D53. 3.1.2.17. Qual das seguintes opções melhor descreve como seu órgão avalia os riscos de um novo projeto de Inteligência Artificial?**

1 O órgão não desenvolve ou planeja desenvolver projetos de IA.

2 Não possuímos um processo formal para avaliação de riscos éticos ou de direitos.

3 A análise de riscos é realizada de maneira informal, caso a caso, pela equipe do projeto.

4 Utilizamos um questionário ou checklist padronizado para identificar potenciais riscos.

5 Possuímos um processo estruturado que classifica os projetos em diferentes níveis de risco (ex: baixo, médio, alto), determinando a profundidade da análise e da governança necessárias para cada um.

**D54. 3.1.2.18. O órgão possui Política de Inteligência Artificial e/ou Estratégia de Inteligência Artificial que reúna definições, princípios, diretrizes, estrutura de governança, mapa estratégico, direitos e deveres nas atividades de desenvolvimento, implementação e uso de IA conforme a Infraestrutura Nacional de Dados (IND) e a Portaria nº 6.618, de 25 de setembro de 2024?**

Sim

Não

**D55. Favor anexar documento:**



**D56. 3.1.3.1. Quais dados de outros órgãos ou entidade que o órgão tem interesse, mas ainda não obteve o acesso considerando, pelos menos, os três principais sistemas do seu órgão?**

**D57. 3.1.3.2. Quais dados que o órgão solicitou e foi negado? Qual foi o motivo da negação?**

**D58. 3.1.3.3. Quais dados listados abaixo o seu órgão tem interesse, mas ainda não obteve acesso?**

- CPF
- CND
- CadÚnico
- Benefícios previdenciários
- Pessoa com Deficiência
- Situação militar
- Governança fundiária
- CNPJ
- CEP
- Servidores públicos
- Certidão de Antecedentes Criminais
- Faixa de renda de grupo familiar
- Relação Trabalhista



**D59. 3.1.3.4. O seu órgão possui iniciativa ou conhece alguma demanda por compartilhamento de dados protegidos (que não se configurem como dados abertos) com empresas privadas? (ex: dados pessoais, dados de empresa etc)**

Sim

Não

**D60. Se sim, quais são?**

**D61. 3.1.3.5. Outro órgão ou entidade já demonstrou interesse no uso dos dados do seu órgão que ainda não estão disponíveis para compartilhamento?**

Sim

Não

**D62. Se sim, quais são:**

**D63. 3.1.3.6. Qual o % do seus cadastros e bases de dados finalísticos (relacionados a políticas públicas ou serviços públicos), o número de inscrição do CPF já está sendo utilizado como número de identificação único e suficiente (conforme Lei 14.534, art. 9º, inciso II), com consulta automática aos dados de CPF da Receita Federal?**

*Usar somente valor inteiro.*

**D64. 3.1.3.7. Quais as principais bases finalísticas (relacionadas a políticas públicas ou serviços públicos) que ainda não estão integradas aos dados de CPF da Receita Federal ou possuem registros sem o número do CPF, mas que precisariam estar? a.**

Nome da Base

Descrição sucinta sobre a finalidade da base



Já está integrada aos dados de CPF da Receita Federal? (Sim/Não)

**D65. 3.1.3.7. Quais as principais bases finalísticas (relacionadas a políticas públicas ou serviços públicos) que ainda não estão integradas aos dados de CPF da Receita Federal ou possuem registros sem o número do CPF, mas que precisariam estar?b.**

Nome da Base

Descrição sucinta sobre a finalidade da base

Já está integrada aos dados de CPF da Receita Federal? (Sim/Não)

**D66. 3.1.3.7. Quais as principais bases finalísticas (relacionadas a políticas públicas ou serviços públicos) que ainda não estão integradas aos dados de CPF da Receita Federal ou possuem registros sem o número do CPF, mas que precisariam estar?c.**

Nome da Base

Descrição sucinta sobre a finalidade da base

Já está integrada aos dados de CPF da Receita Federal? (Sim/Não)

**D67. 3.1.3.7. Quais as principais bases finalísticas (relacionadas a políticas públicas ou serviços públicos) que ainda não estão integradas aos dados de CPF da Receita Federal ou possuem registros sem o número do CPF, mas que precisariam estar?d.**

Nome da Base

Descrição sucinta sobre a finalidade da base

Já está integrada aos dados de CPF da Receita Federal? (Sim/Não)

**D68. 3.1.3.7. Quais as principais bases finalísticas (relacionadas a políticas públicas ou serviços públicos) que ainda não estão integradas aos dados de CPF da Receita Federal ou possuem registros sem o número do CPF, mas que precisariam estar?e.**

Nome da Base

Descrição sucinta sobre a finalidade da base

Já está integrada aos dados de CPF da Receita Federal? (Sim/Não)

**D69. 3.1.3.7. Quais as principais bases finalísticas (relacionadas a políticas públicas ou serviços públicos) que ainda não estão integradas aos dados de CPF da Receita Federal ou possuem registros sem o número do CPF, mas que precisariam estar?f.**

Nome da Base

Descrição sucinta sobre a finalidade da base





**D74. 3.1.3.8. Qual o % de registros que ainda não possuem o CPF?**

- Não sei
- 25%
- 50%
- 75%
- 100%

## **Seção E: G4 Privacidade e Segurança da Informação**

A SGD esclarece que, em benefício aos órgãos, o Autodiagnóstico SISP 2025 utilizará como insumo para a área de Privacidade e Segurança da Informação os dados do Diagnóstico e Plano de Trabalho do Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI), conforme Portaria SGD/MGI nº 852, de 28 de março de 2023. Assim, para os órgãos que ainda não preencheram a ferramenta/planilha do PPSI, orientamos entrar em contato com a Diretoria de Privacidade e Segurança da Informação, por meio do endereço [ppi.sgd@gestao.gov.br](mailto:ppi.sgd@gestao.gov.br), para completude do seu iGOVSISP.

## **Seção F: G5 Contratações de Tecnologia da Informação**

5.1. Contratações de Tecnologia da Informação  
5.1.1. Planejamento e Gestão de Contratações de TI  
5.1.2. Acessibilidade e Sustentabilidade

**F1. 5.1.1.1. Acerca da Instrução Normativa SGD/MGI nº 06, de 29 de março de 2023 (incluindo sua alteração pela Instrução Normativa SGD/MGI nº 86, de 25 de julho de 2025), que regulamenta os requisitos e procedimentos para aprovação de contratações ou de formação de atas de registro de preços, a serem efetuados por órgãos e entidades integrantes do SISP, relativos a bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação – TIC, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza.
- 3 Conhece e utiliza pouco.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade.



**F2. 5.1.1.2. Acerca da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do SISP, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza.
- 3 Conhece e utiliza pouco.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade.

**F3. 5.1.1.3. Acerca da Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023, que Institui o Modelo de Contratação de Serviços de outsourcing de impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do SISP, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza.
- 3 Conhece e utiliza pouco.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade.

**F4. 5.1.1.4. Acerca da Portaria SGD/MGI nº 750, de 20 de março de 2023 (incluindo sua alteração pela Portaria SGD/MGI nº 6.679, de 17 de setembro de 2024 e pela Portaria SGD/MGI nº 6.040, de 11 de agosto de 2025), que estabelece modelo para a contratação de serviços de desenvolvimento, manutenção e sustentação de software, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza.
- 3 Conhece e utiliza pouco.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade.



**F5. 5.1.1.5. Acerca da Portaria SGD/MGI nº 1.070, de 1 de junho de 2023 (incluindo sua alteração pela Portaria SGD/MGI nº 6.680, de 04 de outubro de 2024 e pela Portaria SGD/MGI nº 6.055, de 26 de agosto de 2025), que estabelece modelo de contratação de serviços de operação de infraestrutura e atendimento a usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza.
- 3 Conhece e utiliza pouco.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade.

**F6. 5.1.1.6. Acerca da Portaria SGD/MGI nº 2.715, de 21 de junho de 2023, que estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do SISP, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza.
- 3 Conhece e utiliza pouco.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade.

**F7. 5.1.1.7. Em relação à definição de requisitos para contratação de serviços de TI, como descreveria a prática predominante no seu órgão?**

- 1 Requisitos vagos e não documentados.
- 2 Requisitos básicos, mas não alinhados às necessidades específicas.
- 3 Requisitos definidos, mas sem envolvimento de especialistas técnicos.
- 4 Requisitos bem definidos, com envolvimento de especialistas técnicos.
- 5 Requisitos detalhados, com revisão constante e alinhados à estratégia do órgão.

**F8. 5.1.1.8. O órgão possui procedimentos internos e/ou processos que auxiliam na padronização das atividades de contratações de TI:**

- 1 Não possui.
- 2 Iniciou plano para adotar.
- 3 Adota em menor parte das contratações.
- 4 . Adota em grande parte das contratações.
- 5 Adota em todas as contratações.



**F9. 5.1.1.9. Sua unidade organizacional possui contrato em vigor com o SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados?**

Sim

Não

**F10. Qual o valor anual do contrato:**

*Usar formato 9999 (favor desprezar pontos, vírgulas e/ou centavos)*

**F11. 5.1.1.10. Sua unidade organizacional possui contrato em vigor com a Dataprev?**

Sim

Não

**F12. Qual o valor anual do contrato:**

*Usar formato 9999 (favor desprezar pontos, vírgulas e/ou centavos)*

**F13. 5.1.1.11. Sua unidade organizacional possui contrato em vigor com a Telebrás?**

Sim

Não

**F14. Qual o valor anual do contrato:**

*Usar formato 9999 (favor desprezar pontos, vírgulas e/ou centavos)*

**F15. 5.1.1.12. Quanto à gestão de contratos de TI, qual é a situação mais comum em seu órgão?**

1 Falta de monitoramento e avaliação de desempenho.

2 Monitoramento ocasional, mas sem ações corretivas efetivas.

3 Monitoramento regular, com ações reativas para problemas.

4 . Monitoramento proativo com ações de melhoria contínua.

5 Monitoramento eficaz com contratos otimizados.



**F16. 5.1.1.13. Quanto ao pessoal de TI para realizar Contratações de TI, seu órgão:**

- 1 Enfrenta grande dificuldade com falta de pessoal de TI para realizar de Contratações de TI.
- 2 Costuma realocar/recrutar constantemente pessoal de outras áreas do órgão para realizar Contratações de TI.
- 3 Costuma reutilizar constantemente pessoal de outras áreas da TI para realizar Contratações de TI.
- 4 Enfrenta pouca dificuldade com falta de pessoal de TI para realização de Contratações de TI.
- 5 Possui uma equipe de TI dedicada e suficiente para realizar Contratações de TI.

**F17. 5.1.1.14. No órgão, os gestores atuam com forte comprometimento na realização de Contratações de TIC.**

- 1 Discordo totalmente.
- 2 Discordo parcialmente.
- 3 Neutro (Nem concordo nem discordo).
- 4 Concordo parcialmente.
- 5 Concordo totalmente.

**F18. 5.1.1.15. No órgão, os recursos orçamentários ou financeiros são adequados na realização de Contratações de TIC.**

- 1 Discordo totalmente.
- 2 Discordo parcialmente.
- 3 Neutro (Nem concordo nem discordo).
- 4 Concordo parcialmente.
- 5 Concordo totalmente.

**F19. 5.1.1.16. Na realização de Contratações de TIC, o órgão possui servidores com conhecimento aprofundado na aplicação das Normas de Contratações.**

- 1 Discordo totalmente.
- 2 Discordo parcialmente.
- 3 Neutro (Nem concordo nem discordo).
- 4 Concordo parcialmente.
- 5 Concordo totalmente.



**F20. 5.1.1.17. O órgão evidencia o alinhamento da contratação a necessidades do PDTIC no Documento de Formalização da Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar – ETP?**

1 Não evidencia

2 Evidencia apenas no DFD ou no ETP

3 Evidencia no DFD e/ou no ETP a depender do tipo de necessidade

4 Sempre evidencia no DFD e no ETP

**F21. 5.1.2.1. O órgão adota critérios e práticas sustentáveis nas Contratações de TI, quando cabíveis, de acordo com o disposto na alínea "g" do inciso I do art. 16 da IN SGD/ME nº 94/2022?**

1 Não possui.

2 Iniciou plano para adotar.

3 Adota em menor parte das contratações.

4 Adota em grande parte das contratações.

5 Adota em todas as contratações.

**F22. 5.1.2.2. Para a aquisição de softwares e a contratação de serviços de TIC para o desenvolvimento ou manutenção de portais e aplicativos, e em observância às exigências da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a qual institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), os termos de referência e editais especificam claramente a conformidade com as diretrizes de acessibilidade digital (como o eMAG e as WCAG) como um critério técnico obrigatório e condição indispensável para o aceite final do produto ou serviço?**

1 Os termos de referência e editais não contemplam requisitos de acessibilidade digital.

2 A inclusão de requisitos de acessibilidade ocorre de forma pontual ou não estruturada, sem padronização ou verificação sistemática.

3 Há modelo ou orientação interna para incluir requisitos de acessibilidade nos instrumentos de contratação, mas sem garantia de aplicação consistente ou de avaliação no aceite do produto.

4 Os termos de referência e editais incluem de forma sistemática os requisitos de acessibilidade digital como critérios técnicos obrigatórios, e há verificação desses requisitos no aceite final.

5 A exigência e verificação de acessibilidade digital estão plenamente institucionalizadas como prática padrão, integradas aos processos de governança e monitoradas quanto à conformidade com o eMAG/WCAG e demais normas aplicáveis.



## Seção G: G6 Infraestrutura e Plataformas Digitais

6.1. Infraestrutura e Plataformas Digitais 6.1.1. Gestão de Infraestrutura de TI

6.1.2. Computação em nuvem (Cloud Computing)

6.1.2.1.1.1. Contrato de Nuvem Pública (IaaS, PaaS ou SaaS), conforme conceito da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023.

“Nuvem pública ou externa - infraestrutura de nuvem dedicada para uso aberto de qualquer organização, e sua propriedade e seu gerenciamento podem ser de órgãos públicos, empresas privadas ou de ambos”

6.1.2.1.1.2. Contrato de Nuvem de Governo (IaaS, PaaS ou SaaS), celebrado com Empresa Pública, como Serpro e/ou Dataprev.

“Nuvem de governo: infraestrutura de nuvem privada ou comunitária gerida exclusivamente por órgãos ou empresas públicas”

6.1.3. Plataformas Digitais

**G1. 6.1.1.1. O órgão possui sala-cofre ou sala segura (centro de dados), conforme definição presente no item 4 do Anexo I da IN SGD nº 94/2022?**

Sim

Não

**G2. 6.1.1.1.1. Quão bem documentados e utilizados estão os procedimentos de recuperação de desastres no seu centro de dados?**

1 Procedimentos inexistentes ou desatualizados.

2 Procedimentos básicos sem testes regulares.

3 Procedimentos bem documentados, testados com alguma frequência.

4 Procedimentos detalhados, testados com bastante frequência.

**G3. 6.1.1.1.2. Qual é o nível de redundância do seu centro de dados em termos de infraestrutura crítica (alimentação elétrica, refrigeração, conectividade etc.)?**

1 Nenhuma redundância.

2 Redundância parcial em alguns componentes.

3 Redundância "N+1" em componentes críticos.

4 Total redundância duplicada "2N" ou superior.

**G4. 6.1.1.1.3. Qual é a certificação do centro de dados de seu órgão, nos moldes da ANSI/TIA/EIA-942 e/ou do Uptime Institute?**

1 O centro de dados não possui certificação.

2 Centro de dados Tier I.

3 Centro de dados Tier II.

4 Centro de dados Tier III ou Tier IV.



**G5. 6.1.1.1.4. Quão críticos são os dados hospedados em seu centro de dados em relação ao impacto nos serviços ao cidadão do Órgão e/ou Governo?**

- 1 Não críticos; sua perda ou inacessibilidade não teria impacto significativo nos serviços ao cidadão do Órgão e/ou Governo.
- 2 Relativamente críticos; sua perda teria um impacto moderado nos serviços ao cidadão do Órgão e/ou Governo.
- 3 Críticos; sua perda teria um impacto substancial nos serviços ao cidadão do Órgão e/ou Governo.
- 4 Altamente críticos; sua perda teria um impacto severo nos serviços ao cidadão do Órgão e/ou Governo.

**G6. 6.1.1.1.5. Qual é o nível de redundância de backup de dados em seu centro de dados?**

- 1 Sem backup de dados.
- 2 Backup manual, não automatizado e sem rotina de testes regulares de restore.
- 3 Backup automatizado regular, mas sem replicação para um local externo e sem rotina de testes regulares de restore.
- 4 Backup automatizado com replicação para um local externo e com rotina de testes regulares de restore.

**G7. 6.1.1.1.6. Como você classificaria as medidas de segurança física implementadas para proteger os dados em seu centro de dados?**

- 1 Muito baixas; medidas mínimas de segurança física. Fácil acesso.
- 2 Baixas; segurança física limitada. Acesso limitadamente restrito.
- 3 Médias; segurança física adequada, mas não rigorosa. Acesso bem restrito.
- 4 Altas; medidas de segurança física robustas. Acesso extremamente restrito.

**G8. 6.1.1.2. Qual é o nível de documentação dos ativos de rede em seu órgão?**

- 1 Não documentado.
- 2 Pouco documentado.
- 3 Parcialmente documentado.
- 4 Bastante documentado.
- 5 Totalmente documentado.

**G9. 6.1.1.3. Como seu órgão monitora a disponibilidade o desempenho dos ativos de rede?**

- 1 Não há monitoramento.
- 2 Monitoramento reativo, apenas quando há problemas.
- 3 Monitoramento periódico trimestral, semestral ou anual.
- 4 Monitoramento periódico mensal ou semanal.
- 5 Monitoramento proativo em tempo real.



**G10. 6.1.1.4. Como o seu órgão gerencia a manutenção preventiva dos ativos de rede?**

- 1 Sem plano ou contrato de manutenção preventiva.
- 2 Manutenção apenas após falhas.
- 3 Manutenção ocasional conforme necessário.
- 4 Manutenção regular programada.
- 5 Redundância de ativos de rede.

**G11. 6.1.1.5. Qual o percentual de ativos de rede que atualmente está em garantia:**

- 1 Nenhum ou quase nenhum - 0% a 20%.
- 2 Poucos - 20% a 40%.
- 3 Aproximadamente metade - 40% a 60%.
- 4 Grande parte - 60% a 80%.
- 5 Quase a totalidade ou a totalidade - 80% a 100%.

**G12. 6.1.1.6. O órgão possui rede de Longa Distância (link WAN)?**

- Sim
- Não

**G13. 6.1.1.6.1. Qual o tipo de monitoramento de desempenho da rede de longa distância (link WAN) seu órgão possui?**

- 1 Não há monitoramento.
- 2 Monitoramento reativo apenas quando há problemas.
- 3 Monitoramento periódico e análise regular.
- 4 Monitoramento em tempo real com análise constante.

**G14. 6.1.1.6.2. Qual é a capacidade de escalabilidade da rede longa distância (link WAN) em seu órgão?**

- 1 Sem capacidade de escalabilidade.
- 2 Pouca capacidade de escalabilidade.
- 3 Escaláveis, mas requerem um processo formal para expansão.
- 4 Totalmente escaláveis e ajustáveis sob demanda.



**G15. 6.1.1.6.3. Como o seu órgão lida com a redundância da rede longa distância (link WAN)?**

- 1 Não há necessidade de redundância.
- 2 Sem redundância de links WAN, mas há a necessidade.
- 3 Implementação de redundância com failover manual.
- 4 Implementação de redundância total com failover automático.

**G16. 6.1.1.6.4. Qual é a abordagem do seu órgão para otimização de tráfego da rede longa distância (link WAN)?**

- 1 Não há necessidade de otimização.
- 2 Sem otimização de tráfego WAN, mas há a necessidade.
- 3 Uso de técnicas básicas de otimização de tráfego.
- 4 Implementação de técnicas avançadas de otimização de tráfego.

**G17. 6.1.1.6.5. A rede longa distância (link WAN) contratada atualmente é fornecida por:**

- 1 Entidade Pública (Telebrás, Serpro, RNP ou alguma empresa de processamento regional);
- 2 Mercado
- 3 Híbrido (Mercado e Entidade Publica)
- 4 Outros

4 Outros

**G18. 6.1.1.7. Das estações de trabalho presentes no seu órgão que já possuem Windows, qual é o percentual de Windows 11?**

- 1 Menos de 25% das estações de trabalho que possuem Windows com a versão 11.
- 2 Entre 25% e 50% das estações de trabalho que possuem Windows com a versão 11.
- 3 Entre 50% e 75% das estações de trabalho que possuem Windows com a versão 11.
- 4 Entre 75% e 100% das estações de trabalho que possuem Windows com a versão 11.
- 5 Todas as estações de trabalho que possuem Windows com a versão 11.







**G27. 6.1.1.9. Em qual estágio de maturidade o seu órgão se encontra em relação à adoção do IPv6?**

- 1 O órgão ainda não iniciou a adoção do IPv6, e o conhecimento sobre o protocolo é limitado.
- 2 O órgão já reconhece a necessidade do IPv6 e está em fase de planejamento e elaboração de estratégias para sua implementação.
- 3 A implementação do IPv6 já começou, com algumas redes e serviços adaptados, mas o IPv4 ainda é amplamente utilizado.
- 4 A maioria das redes e serviços já opera em IPv6, com monitoramento e ajustes contínuos para otimização.
- 5 O órgão concluiu a transição para o IPv6, e o IPv4 é praticamente desnecessário, com todas as operações e novas implementações utilizando exclusivamente IPv6.

**G28. 6.1.1.9.1. Quais são os principais motivos para o seu órgão ainda não ter adotado o IPv6?**

- 1 Falta de conhecimento técnico: A equipe não possui conhecimento suficiente sobre o IPv6 para implementar a transição.
- 2 Prioridades diferentes: O órgão tem dado prioridade a outros projetos e a adoção do IPv6 ainda não foi considerada urgente.
- 3 Custo elevado ou desconhecido: Os custos associados à atualização de infraestrutura e capacitação para o IPv6 são considerados altos ou desconhecidos.
- 4 Compatibilidade com sistemas legados: Existe preocupação com a compatibilidade de sistemas antigos que ainda dependem do IPv4.
- 5 Falta de apoio gerencial: Não há apoio, interesse ou incentivo suficiente da alta administração para iniciar a adoção do IPv6.

**G29. 6.1.1.10. O órgão possui estratégia de sustentação e provimento da infraestrutura computacional formalmente definida na instituição, conforme diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, que estabelece Modelo de Contratação e Gestão de Estações de Trabalho, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal?**

- 1 Não possui.
- 2 Não possui, mas iniciou procedimento de elaboração.
- 3 O órgão possui uma estratégia de sustentação e provimento da infraestrutura computacional parcialmente documentada, com alguns aspectos alinhados à Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023, mas sem uma implementação sistemática.
- 4 A estratégia de sustentação e provimento da infraestrutura computacional está formalmente definida e documentada, com boa parte das diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023 atendidas. Entretanto, ainda existem pontos de melhoria em sua aplicação.
- 5 O órgão possui uma estratégia formal e plenamente implementada para sustentação e provimento da infraestrutura computacional, totalmente alinhada às diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023. A estratégia é revisada e melhorada continuamente com base nas melhores práticas e no monitoramento de resultados.

**G30. 6.1.2.1. O órgão possui contrato de nuvem?**

- Sim
- Não

**G31. 6.1.2.1.1. Qual o tipo de nuvem contratada?**

- 1 Contrato de Nuvem Pública (IaaS, PaaS ou SaaS)
- 2 Contrato de nuvem de Governo (IaaS, PaaS ou SaaS)

**G32. 6.1.2.1.1.1. Responda os itens abaixo conforme Contratos de Nuvem Pública celebrados pelo Órgão:**

Nº Contrato(s):



Data de início da vigência do Contrato(s):

Data fim da vigência do Contrato(s):

Valor total do Contrato(s):

Percentual de execução do Contrato(s) (%):

**G33. 6.1.2.1.1.2. Atualmente os dados que estão armazenados ou processados em Nuvem Pública são armazenados em território Nacional?**

Sim

Não

Não sei

**G34. 6.1.2.1.1.3. Qual(ais) provedor(es) de serviços são utilizados pelo órgão no uso de Nuvem Pública:**

Amazon Web Services (AWS)

Google Cloud Platform

Huawei Cloud

IBM Cloud

Microsoft Azure

Oracle Cloud

Tencent Cloud

Outros

Outros

**G35. 6.1.2.1.1.4. No contexto das soluções em nuvem adotadas pelo órgão, há serviços, APIs, bancos de dados ou ferramentas proprietárias cuja utilização possam gerar dependência de fornecedor (vendor lock-in)?**

Sim

Não

Não sei



**G36. Se sim, citar quais são os sistemas e recursos proprietários?**

**G37. 6.1.2.1.1.5. Os serviços de operação, migração e gerenciamento da infraestrutura de Nuvem de Pública é realizado por (pode ser mais de uma resposta):**

Equipe de TI do órgão

Empresa Pública contratada

Empresa de serviços de infraestrutura contratada pelo próprio órgão

Equipe do Broker contratado

Equipe do provedor contratada

Outros

Outros

**G38. 6.1.2.1.1.2.1. Responda os itens abaixo conforme Contratos de Nuvem de Governo com Empresas Públicas celebrados pelo Órgão:**

Nº Contrato(s):

Data de início da vigência do Contrato(s):

Data fim da vigência do Contrato(s):

Valor total do Contrato(s):

Percentual de execução do Contrato(s) (%):

**G39. 6.1.2.1.1.2.2. Qual(ais) provedor(es) de serviços são utilizados pelo órgão no uso de Nuvem de Governo, contratados através de Empresa Pública:**

Amazon Web Services (AWS)

Google Cloud Platform

Huawei Cloud

IBM Cloud



Microsoft Azure

Oracle Cloud

Tencent Cloud

Outros

Outros

**G40. 6.1.2.1.1.3. No contexto das soluções em nuvem adotadas pelo órgão, há serviços, APIs, bancos de dados ou ferramentas proprietárias cuja utilização possam gerar dependência de fornecedor (vendor lock-in)?**

Sim

Não

Não sei

**G41. Se sim, citar quais são os sistemas e recursos proprietários?**

**G42. 6.1.2.1.1.2.4. Os serviços de operação, migração e gerenciamento da infraestrutura de Nuvem de Governo é realizado por qual(ais) equipes:**

Equipe de TI do órgão

Equipe de TI de empresa de serviços de infraestrutura contratada pelo próprio órgão

Equipe de TI da Empresa Pública

Outros

Outros



**G43. 6.1.2.1.2. Habilidades Técnicas: Como o órgão usa a nuvem contratada?**

- 1 Uso básico de IaaS.
- 2 Uso básico de IaaS, juntamente com segurança, monitoramento e registro nativos do provedor.
- 3 Adoção de funcionalidades PaaS ou de gerenciamento nativo do provedor, mas sem uso de funcionalidades exclusivas de um provedor.
- 4 Adoção de algumas funcionalidades totalmente exclusivas somente do provedor contratado.

**G44. 6.1.2.1.3. Processos e Ferramentas: Qual é a abordagem de migração para o provedor de nuvem contratado que utiliza?**

- 1 Os processos e ferramentas de nuvem utilizados no provedor contratado são, em minoria, consistentes com os usados em catálogos de outros provedores. Embora haja algumas diferenças na funcionalidade, não eleva a diferenças nos processos em uma eventual migração de provedor.
- 2 Meu órgão usa ferramentas, em parte, específicas do provedor contratado, sejam nativas do provedor ou de terceiros. No entanto, os processos são em parte consistentes com os disponibilizados em catálogos de outros provedores.
- 3 Meu órgão possui processos e ferramentas em sua maioria específicos de um provedor. Trocar de provedor provavelmente exigiria um esforço razoável.
- 4 Os processos e ferramentas de nuvem utilizados no provedor contratado são totalmente consistentes com os usados em catálogos de outros provedores.

**G45. 6.1.2.1.4. Gravidade dos Dados e Integração: Qual é o escopo do uso do provedor de nuvem contratado?**

- 1 Este provedor contratado hospeda apenas meus aplicativos isolados com armazenamento de dados isolados.
- 2 Este provedor contratado hospeda um pequeno volume de dados não críticos, que interopera entre aplicativos neste provedor e outros aplicativos.
- 3 O provedor hospeda fontes significativas de dados consumidas por outros aplicativos e destinos para os quais outros aplicativos utilizam.
- 4 O provedor hospeda todos os meus aplicativos e/ou um grande volume de dados. Esses aplicativos estão fortemente acoplados uns aos outros.

**G46. 6.1.2.1.5. Ecossistema: Quão dependente do broker de provedor de nuvem contratado?**

- 1 Sem uso de parceiros. O broker contratado é de um único provedor.
- 2 O contrato tem suporte a broker multicloud, mas o órgão utiliza a capacidade disponível somente em um provedor de nuvem.
- 3 Os contratos têm suporte a broker multicloud e o órgão utiliza alguma capacidade disponível em dois provedores de nuvem.
- 4 Os contratos têm suporte a broker multicloud e o órgão utiliza alguma capacidade disponível em mais de dois provedores de nuvem.

**G47. 6.1.2.1.6. Habilidades: Quais habilidades da equipe de nuvem são utilizadas no seu órgão?**

- 1 A gestão de nuvem em meu órgão é totalmente terceirizada. Os servidores públicos concursados não precisam de habilidades específicas do provedor de nuvem.
- 2 Meu órgão terceiriza boa parte do desenvolvimento e operações de nuvem. Os servidores públicos concursados precisam de mínimas habilidades específicas do provedor de nuvem, e essas habilidades podem ser aprendidas rapidamente.
- 3 Os servidores públicos concursados do meu órgão possuem amplas habilidades e experiência multicloud.
- 4 Meu órgão possui servidores concursados especializados neste provedor de nuvem, mas também há funcionários terceirizados com habilidades e experiência profundas em nuvem.



**G48. 6.1.2.1.7. Obrigações Contratuais: Que compromissos contratuais há no contrato de nuvem?**

- 1 O provedor é usado apenas por meio de pagamento conforme o uso, com os acordos contratuais padrão de mercado. Não existem compromissos de prazo não portável em uma eventual mudança entre provedores.
- 2 O provedor é usado apenas por meio de pagamento conforme o uso, mas o órgão negociou um contrato personalizado específico não portável de até um ano.
- 3 O provedor é usado apenas por meio de pagamento conforme o uso, mas o órgão negociou um contrato personalizado específico não portável de um a três anos.
- 4 O provedor é usado apenas por meio de pagamento conforme o uso, mas o órgão negociou um contrato personalizado específico não portável acima de três anos.

**G49. 6.1.2.2. Em relação à computação em nuvem, como você classificaria seu órgão ou órgão governamental em termos de maturidade na adoção da nuvem?**

- 1 Iniciante: O órgão ainda não iniciou a adoção da nuvem ou está em estágios iniciais de exploração.
- 2 Em Desenvolvimento: O órgão está em processo de migração para a nuvem, mas ainda não implementou totalmente.
- 3 Intermediário: O órgão utiliza a nuvem em alguns aspectos, mas não de forma abrangente em todos os setores.
- 4 Avançado: O órgão possui uma presença sólida na nuvem e utiliza amplamente os serviços em nuvem.
- 5 Especialista: O órgão é líder no uso de tecnologias em nuvem e possui estratégias avançadas de nuvem para inovação e eficiência.

**G50. 6.1.2.3. Como seu órgão planeja abordar a infraestrutura de TI, considerando a migração para a nuvem, a manutenção de um centro de dados próprio ou uma abordagem híbrida?**

- 1 Avaliando Opções: O órgão ainda está avaliando as opções e não tomou uma decisão definitiva.
- 2 Manter Centro de Dados Próprio: O órgão planeja manter seu centro de dados atual e não migrar para a nuvem.
- 3 Abordagem Híbrida: O órgão pretende manter uma combinação de recursos no centro de dados próprio e na nuvem.
- 4 Migração Parcial para a Nuvem: O órgão planeja migrar parte de seus recursos para a nuvem, mantendo outros no centro de dados próprio.
- 5 Migração Completa para a Nuvem: O órgão planeja migrar totalmente para a nuvem e desativar seu centro de dados próprio.

**G51. 6.1.2.4. Acerca da Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, que estabelece modelo de contratação de software e de serviços de computação em nuvem de governo, no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, o seu órgão:**

- 1 Não conhece.
- 2 Conhece e não utiliza infraestrutura de nuvem de governo.
- 3 Conhece e utiliza pouco infraestrutura de nuvem de governo.
- 4 Conhece e utiliza a maior parte de infraestrutura de nuvem de governo.
- 5 Conhece e utiliza na totalidade a infraestrutura de nuvem de governo.



**G52. 6.1.2.5. O órgão possui Documento de Estratégia de Uso de Software e de Serviços de Computação em Nuvem, conforme estabelecido pela Portaria SGD/MGI nº 5.950, de 26 de outubro de 2023, devidamente aprovado pelo Comitê de Governança Digital ou instância equivalente, contemplando, no mínimo, as informações contidas no modelo de referência descrito no seu ANEXO II?**

- Sim
- Não
- Não sei

**G53. Favor anexar o documento:**

**G54. 6.1.3.1. Quais ferramentas de produtividade e colaboração digital são utilizadas pelo órgão para comunicação, edição e compartilhamento de documentos, reuniões virtuais e gestão de tarefas? (Selecione todas as opções que se aplicam)**

- Microsoft 365 (Word, Excel, PowerPoint, Outlook, etc.)
- Microsoft Teams
- Google Workspace (Docs, Sheets, Gmail, Meet, etc.)
- Zoom
- LibreOffice / OnlyOffice ou equivalente
- 365 Copilot / Microsoft Copilot ou ferramentas de IA integradas ao pacote de produtividade
- Plataformas internas ou desenvolvidas pelo próprio órgão (ex.: intranet colaborativa, GED, etc.)
- Outros

Outros

**G55. 6.1.3.2. As ferramentas de produtividade e colaboração adotadas estão integradas aos processos de trabalho e sistemas corporativos do órgão?**

- 1 Não estão integradas nem padronizadas
- 2 Uso pontual e descentralizado
- 3 Uso padronizado em algumas áreas
- 4 Uso padronizado e integrado em boa parte dos processos
- 5 Totalmente integradas e institucionalizadas como ambiente único de colaboração

